#### Ano 4 – Número 36 – Agosto de 2020

# BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA





# Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), entidade da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

A partir desta edição de agosto de 2020, a publicação foi reformulada com nova configuração das seções.

Foi inserido o **Sumário Executivo**, que reúne as principais informações de cada seção do Boletim e permite uma visualização mais rápida do panorama geral da conjuntura econômica do mês. A antiga seção de Cenário Econômico foi transformada em Atividade Econômica; a seção de Crédito foi modificada para Preços, Juros e Crédito, abordando novos elementos; e a seção de Comércio Exterior foi descontinuada, com as informações sobre as atividades de comércio internacional referentes à indústria incorporadas na seção de Desempenho Industrial. A seção de Finanças Públicas Estaduais não sofreu alterações.

Desta forma, o Boletim está organizado na seguinte ordem: após o Sumário Executivo, a primeira seção traz a **Especialista Convidada**. Neste mês a economista Cristiane Schmidt, atual Secretária de Estado da Economia em Goiás, faz uma ampla abordagem sobre o Open Banking no Brasil.

A segunda seção – **Atividade Econômica** – aborda os aspectos conjunturais no mundo, no Brasil e no Espírito Santo. São avaliados os últimos dados setoriais e de atividade econômica para o país e para o estado, além dos números da arrecadação federal. Neste mês há, ainda, um **box** especial sobre mercado de trabalho.

Na terceira seção – **Desempenho Industrial** – são analisados os os resultados de junho para a produção física brasileira e capixaba. A seção ainda aborda os números referentes à produção de petróleo e gás natural, às exportações do setor industrial, às cotações das principais commodities, ao consumo e produção de energia elétrica e à confiança dos empresarias industriais.

A quarta seção – **Preços, Juros e Crédito** – traz os números sobre a inflação, as taxas de juros, de spread e de inadimplência, além dos montantes de crédito no país e no estado. Neste mês um box especial aborda os programas de crédito federal e estadual destinados às empresas afetadas pela pandemia.

A quinta seção – **Finanças Públicas Estaduais** – analisa os números do Governo do Estado de janeiro a julho, mostrando queda nas receitas e ampliação das despesas, especialmente nos gastos com saúde em função do enfretamento da pandemia.

A última seção apresenta os Comentários Finais.

Além deste documento com as análises completas, o Ideies disponibiliza todo os **gráficos e tabelas** deste Boletim em formato de planilha, possibilitando uma outra forma de visualizar e interagir com os dados. Você pode baixar o arquivo em: <a href="http://bit.ly/DadosBEC Agosto20">http://bit.ly/DadosBEC Agosto20</a>.

O Ideies também produz, diariamente o boletim de acompanhamento da Covid-19 no Espírito Santo, disponível em: https://findes.com.br/medidascoronavirus/boletinsdoideies

#### Ótima leitura!

# Seções

Sumário Executivo ·····	02
1. Especialista Convidada – Cristiane	
Alkmin Junqueira Schmidt	06
2. Atividade Econômica	10
3. Desempenho Industrial ·····	17
4. Preços, Juros e Crédito	23
5. Finanças Públicas Estaduais	30
6. Comentários Finais	34





# **Sumário Executivo**

A pandemia da Covid-19 e os seus impactos seguem como tema central em todo o mundo. No mês de agosto o estado ultrapassou a marca de 100 mil casos e de 3 mil óbitos decorrentes da doença. O Brasil acumula quase 4 milhões de infectados e 120 mil mortes por Covid-19.

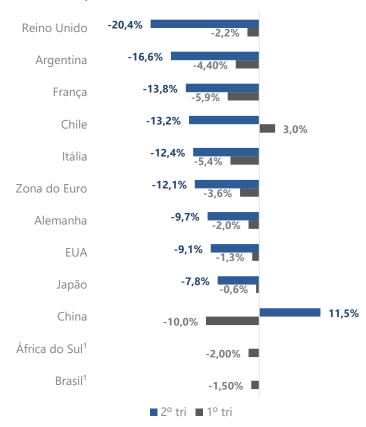
No mundo, a pandemia evolui em ritmos diferentes. Depois de reduções ocorridas em junho e julho, que acarretaram em retomada gradual das atividades econômicas e sociais, na Europa os casos e óbitos voltaram a subir em agosto, mês do auge do verão no continente, o que acabou levando a novas medidas restritivas. Na África, que havia tido um mês de julho com forte espalhamento da pandemia, foi observada uma redução gradual de novos infectados. Nas Américas a doença ainda se mostra muito presente e com tendência de alta, com variação de ritmo em alguns países.

O impacto da pandemia na atividade econômica mundial do 2º trimestre deste ano foi intenso. Com exceção da China, que foi afetada mais cedo pela Covid-19 e teve um impacto econômico mais concentrado no 1º trimestre, as principais economias do mundo tiveram um 2º trimestre bastante negativo¹. O resultado do PIB brasileiro para o período será divulgado pelo IBGE em 1º de setembro.

O Indicador de Atividade Econômica para o Brasil (IBC-Br), produzido pelo Banco Central e que funciona como uma prévia do PIB, indica uma queda de -10,9% na economia brasileira no segundo trimestre, na comparação contra o trimestre imediatamente anterior. Da mesma forma, os resultados das pesquisas setoriais do IBGE revêlam retração em todos os setores para o mesmo período de análise: -17,5% na produção industrial, -5,9% nas vendas do comércio ampliado e -15,4% no volume de serviços.

No caso do Espírito Santo, a contração do indicador de atividade econômica local (IBCR-ES) foi de -7,6% no segundo trimestre. Também houve baixa em todos os setores no período, comparativamente ao trimestre anterior.

# Variação do PIB trimestral de países selecionados – em relação ao trimestre imediatamente anterior



(¹) Dados ainda não divulgados oficialmente para o 2º trimestre. Fontes: LCA, ESRI, BEA, Eurostat, Banco Central de Chile, StatsSA, INDEC, IBGE

Elaboração: Ideies/Findes

A produção industrial caiu -25,5%, o comércio varejista ampliado retraiu -11,9% e os serviços reduziram em -7,0%.

Na análise marginal, ou seja, no último resultado mensal que mostra a passagem de maio para junho, o Espírito Santo já conquistou algumas melhorias. O IBCR-ES evoluiu 0,12% no mês, com variações positivas na indústria (0,4%) e no comércio ampliado (3,6%). Apenas no setor de serviços houve queda em junho (-3,2%).

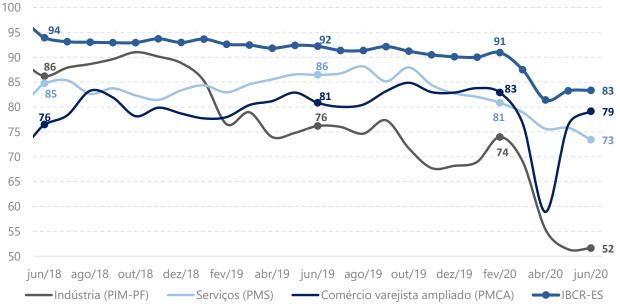
<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Vale ressaltar que a divulgação oficial do PIB dos Estados Unidos pelo BEA se dá em taxa anualizada, que para o 2º trimestre desse ano foi de -31,7%. Contudo, conforme analisado pelos especialistas em contas nacionais Claudio Considera e Roberto Olinto, esse resultado foi calculado a partir da elevação à quarta potência da taxa trimestral em comparação com o mesmo período do ano passado. Um dos efeitos de se considerar esta metodologia de cálculo é sobrestimar ou superestimar a taxa. Por isso, optouse por considerar neste gráfico somente a variação do PIB americano em relação ao primeiro trimestre, que foi de -9,1%, para manter o mesmo padrão de análise dos demais países. Confira o texto de Considera e Olinto em: <a href="https://blogdoibre.fgv.br/posts/para-que-serve-serve-para-nada">https://blogdoibre.fgv.br/posts/para-que-serve-serve-para-nada</a>



Apesar dos avanços no último resultado mensal a economia capixaba ainda não recuperou o patamar de atividade pré-pandemia do mês de fevereiro, assim como acontece com os três setores individualmente. Assim como no caso brasileiro, os dados sugerem que a

queda do PIB trimestral capixaba deverá ser mais intensa do que a observada no 1º trimestre do ano. A prévia do PIB do 2º trimestre do Espírito Santo será conhecida no dia 11 de setembro com a divulgação do indicador de atividade econômica IAE-Findes.

# Índices mensais de atividades da economia - com ajuste sazonal (dez/2012 = 100)



Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE Elaboração: Ideies / Findes

Em uma análise mais detalhada sobre o desempenho da indústria capixaba, o ano de 2020 se mostra bastante desafiador. No primeiro semestre a produção física da indústria local retraiu -20,8%, o que representa o pior resultado dentre as 15 regiões pesquisadas no país, e

abaixo da queda total brasileira que foi de -10,9% no mesmo período. O mês de junho trouxe uma boa notícia com a elevação de 0,4% da produção industrial do estado na comparação com maio, graças à recuperação da indústria de transformação no mês.

Variação (%) da produção industrial, Espírito Santo – junho de 2020

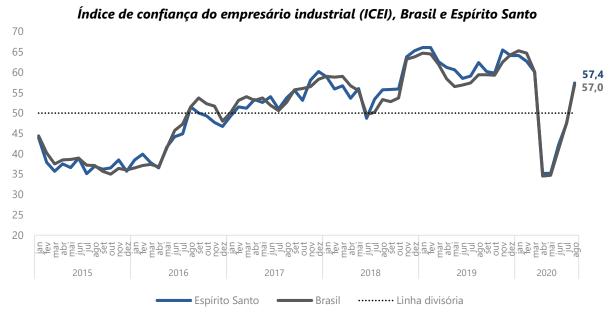
Setor e atividades	Junho 20/ Maio 20*	Junho 20/ Junho 19	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	0,4	-32,4	-20,8	-19,6
Indústrias extrativas	-7,3	-47,9	-29,7	-26,6
Indústrias de transformação	8,4	-18,7	-12,9	-12,9
Fabricação de produtos alimentícios	3,3	-20,8	-7,2	-2,7
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-5,9	0,1	-0,7	-25,9
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	18,0	-14,1	-14,9	-4,6
Metalurgia	6,1	-30,8	-21,0	-18,0

(\*) Dados dessazonalizados Fonte: IBGE (PIM-PF) Elaboração: Ideies / Findes



O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) apresentou alta no mês de agosto tanto no Brasil (+9,4 pontos) quanto no Espírito Santo (+9,9 pontos). **Desta forma, após quatro meses abaixo da linha divisória dos 50** 

pontos, o ICEI brasileiro e capixaba voltaram ao patamar otimista totalizando 57,0 e 57,4 pontos, respectivamente.



Fonte: Pesquisas Primárias/CNI Elaboração: Ideies/ Findes

Em relação ao mercado de trabalho, os dados do Novo Caged referentes aos movimentos do setor em julho de 2020 foram positivos com o Brasil e o Espírito Santo voltando a criar novos postos de trabalho. No mês, o país teve um saldo líquido de 131 mil empregos formais,

**enquanto o estado teve ampliação de 2.005 vagas**. No resultado acumulado do ano, considerando o período de janeiro a julho, os saldos ainda permanecem negativos: foram fechados -1,09 milhão de empregos no Brasil e -25,3 mil no Espírito Santo.

Saldo líquido de empregos formais no Brasil e no Espírito Santo – julho de 2020\*

	Brasil			Espírito Santo		
Período	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
Acumulado ( Jan Jul. de 2020)	7.821.801	8.914.379	-1.092.578	150.093	175.407	-25.314
Julho de 2020	1.043.650	912.640	131.010	20.368	18.363	2.005

(\*) Com ajuste das declarações enviadas fora do prazo.

Fonte: Novo Caged / ME Elaboração: Ideies / Findes

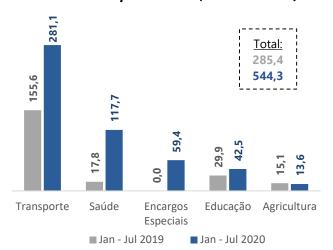
O reflexo da pandemia na atividade econômica também repercute nas finanças públicas. **A arrecadação federal do país teve o pior resultado para o primeiro semestre desde 2009.** Os R\$ 783,3 bilhões arrecadados nos seis primeiros meses deste ano representam um recuo de -15,0%, já descontada a inflação, na comparação com o mesmo período do ano passado.

No campo das finanças públicas estaduais, o Governo do

Espírito Santo teve um mês de julho com crescimento de 15,6% nas receitas, quando comparado ao mesmo mês de 2019, muito em função dos repasses do Governo Federal como ajuda aos estados. No acumulado do ano, entre janeiro e julho, a receita total do governo capixaba tem queda de 9,2%, enquanto as despesas ampliaram 2,8%. O destaque nos gastos públicos se dá na função de saúde, com grande crescimento tanto nas despesas totais quanto nos investimentos realizados.



### Principais Investimentos, por função – Governo do Espírito Santo (em RS milhões)



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de julho/2020

Nota 2: Despesas liquidadas Fonte: Portal da Transparência ES Elaboração: Ideies / Findes

As expectativas dos agentes de mercado para a economia brasileira são reunidas semanalmente no Boletim Focus do Banco Central. **No final de agosto foi computada a oitava semana seguida de melhora na previsão do resultado do PIB brasileiro para 2020, passando de -5,52% para -5,46%.** A expectativa para a inflação deste ano teve a segunda alta consecutiva, de -1,67% para 1,71%. A previsão do mercado para a taxa Selic se manteve em 2,00% para o final de 2020, mas teve alta de 2,75% para 3,00% nas expectativas para o fim de 2021.

Os resultados da inflação apurados até julho mostram que o IPCA acumulado em 12 meses foi de 2,31% no Brasil e de 1,96% na Grande Vitória. Em 2020, tanto no país quanto no estado, os grupos de produtos e serviços que mais contribuíram para o aumento do nível de preços foram o de educação e de alimentação e bebida. Em sentido contrário, os que mais retraíram foram as categorias de transportes e vestuário.

#### Variação (%) do IPCA - Julho de 2020

Período	Brasil	RMGV
Índice Mensal	0,36	0,21
Preços Livres	0,06	-0,19
Preços Administrados	1,23	1,20
Acumulado no Ano	0,46	0,94
Preços Livres	0,95	1,19
Preços Administrados	-0,99	0,42
Acumulado em 12 meses	2,31	1,96
Preços Livres	2,79	2,47
Preços Administrados	0,94	0,72

Nota: Os "preços administrados", segundo definição do Banco Central, referem-se aos preços que são menos sensíveis às condições de oferta e de demanda porque são estabelecidos por contrato ou por órgão público.

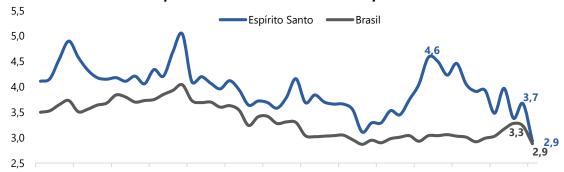
Fonte: IBGE e Banco Central Elaboração: Ideies / Findes

Com o IPCA e as expectativas de inflação em patamares moderados, no início de agosto o Comitê de Política Monetária promoveu mais um corte na taxa básica de juros do país, reduzindo a Selic de 2,25% a.a. para 2,00% a.a., alcançando uma nova mínima histórica.

No que se refere ao mercado de crédito, a taxa média de juros das operações de crédito do país atingiu 19.3% em junho, reduzindo -1,2 p.p. em comparação a maio, continuando a trajetória de queda que vem desde o segundo semestre do ano passado. O spread médio do país também apresentou baixa de -0,9 p.p., alcançando 15,6% no sexto mês do ano.

O salto total de crédito em junho teve alta de 0,8% no Brasil, mas retraiu -0,7% no Espírito Santo, nas comparações com maio. Na variação interanual, comparando a junho de 2019, o saldo teve evolução positiva no país e no estado, de 9,8% e 6,8%, respectivamente. Já as taxas de inadimplência das operações de crédito nacionais e capixabas ficaram em 2,9%, menor patamar registrado em 2020 para ambas.

#### Taxa de inadimplência da carteira de crédito - Espírito Santo e Brasil



fev/16 jun/16 out/16 fev/17 jun/17 out/17 fev/18 jun/18 out/18 fev/19 jun/19 out/19 fev/20 jun/20

Fonte: Banco Central do Brasil Elaboração: Ideies / Findes



## 1. Especialista Convidada - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt<sup>2</sup>

#### Maior competição bancária com o Open Banking

O baixo nível de crédito na sociedade brasileira e as elevadas taxas de juros no Brasil para o consumidor final, ao tomar empréstimos, são objetos de estudo há pelo menos 30 anos. Há uma vertente de pesquisa que argumenta que o elevado patamar da taxa deriva da alta concentração dos entes no mercado bancário brasileiro. Deveras, nesta seara, o país é conhecido como "fora da curva", quando se compara o número de instituições neste setor no mundo, mesmo relativizando-o pela dimensão territorial de cada país, segundo dados do Bank of International Settlements (BIS)<sup>3</sup>. Para corroborar estas conclusões, de acordo com estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), de 2000 até 2016, o spread bancário médio dos países de baixa ou média renda (como o Brasil) era de menos de 5%, o dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 8% e o do Brasil, de mais de 30%. O desafio em diminuir estruturalmente este nível de spread bancário, destarte, é importante e desejável. Não só para que o Brasil possa crescer de forma mais robusta, mas também se desenvolver de maneira mais justa.

Com a chegada mais expressiva das fintechs (startups no setor financeiro) nos anos 2010, com o começo do cadastro positivo em 2019, com iniciativas pelo BCB como da introdução do PIX (que garante transferência bancária instantânea e livre de custo) e do Open Banking, ambos em novembro de 2020, essa realidade no país passa a tomar novos contornos. O Status quo de baixa competição bancária será contestado. Isto quer dizer que a sociedade brasileira pode esperar por taxas de juros ao consumidor menores e por maiores ofertas de produtos e serviços financeiros mais customizados e a um menor custo.

Para contextualizar o Open Banking, vale, antes, comentar três pontos. O <u>primeiro</u> é resumir a tese defendida por mim em diversos votos proferidos (todos públicos) sobre a questão da concorrência no setor financeiro nacional conselheira (SFN), enquanto fui do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O segundo é esclarecer alguns pontos sobre os desafios do começo da "era dos dados', das fintechs e da implementação do cadastro positivo e do PIX. O terceiro é sobre o Open Banking em si. Todos os temas são relacionados e ajudam a fundamentar com maior precisão as consequências da revolução que está ocorrendo no SFN, com impactos sobre o bem-estar da sociedade.

Ao longo de quatro anos no CADE tive a oportunidade de analisar alguns tipos de casos, como: (1) fusões e aquisições entre: bancos, bancos e instituições relativas ao mercado de cartão de crédito/débito, bancos e empresas de seguro, etc., (2) joint venture no SFN e (3) supostas condutas anticompetitivas de bancos face à Lei no 12.529/11 (lei da concorrência).

Com esta experiência empírica, passei a defender que, no Brasil, os cinco principais bancos (Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, CEF e Santander), detentores de cerca de 86% de participação no mercado bancário, têm um poder de mercado que sobrepassa o poder horizontal (quando se compara as participações de mercado das empresas em um setor), que é o tipo de poder de mercado mais conhecido. Estes bancos, entretanto, além de dito empoderamento, detêm, também, poder vertical e poder conglomeral.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Mestre e doutora em economia pela EPGE/FGV-RJ. Trabalhou em cargos de chefia em empresas no setor privado no Brasil, Porto Rico e na Guatemala e, dentre outras funções no setor público, foi secretária-adjunta a SEAE do Ministério da Fazenda na época de FHC e Conselheira do CADE até jan/2019. Desde então, passou a ser secretária da Economia (fazenda, planejamento e orçamento) do Estado de Goiás. É professora da FGV/Rio, organizadora e autora do compêndio "Questões ANPEC" e do livro "Macroeconomia para executivos", este último em parceria com Fabio Giambiagi.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Para maiores detalhes argumentativos, definições e bibliografias sobre esse assunto, ver o voto vogal de Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt sobre o caso Itaú-XP. Ato de Concentração nº 08700.004431/2017-16. SEI nº 0455496. Além disso, ver, também, Beck, Demirguc-Kunt and Levine (2007).



Poder vertical é quando a empresa tem participação expressiva em dois ou mais mercados em uma mesma cadeia produtiva. Um exemplo é uma distribuidora de combustível (mercado middle stream) possuir uma refinaria (mercado a montante ou upstream) ou ser proprietária de postos de gasolina (revenda ou mercado a jusante ou downstream). Outro exemplo é a B3, dona (no caso, exclusiva) dos três segmentos da cadeia produtiva no mercado de bolsa de valores e renda fixa4. Poder conglomeral, por sua vez, é quando a empresa tem participação expressiva em dois ou mais mercados em cadeias produtivas distintas. Conquanto este tipo de poder gere menos preocupações concorrenciais para as autoridades antitrustes, em muitas ocasiões, estar presente em um mercado pode alavancar sobremaneira a empresa em outro mercado, dando a ela significativa capacidade de negociação neste último (ou às vezes nos dois), chamada de poder de portfólio.

No caso do setor bancário, em particular, os bancos brigam, sobretudo, pelo cliente. Na era dos dados e de posse de suas informações, cada instituição acaba se alavancando sobremodo em diversos mercados correlatos, como os de: empréstimos, investimentos, seguros, cartões e crédito/débito, serviços para grandes fortunas, compra/venda de moeda estrangeira. Desta maneira, não é incomum observar os bancos cobrando tarifas e taxas incompreensíveis para o cliente, que, dada a assimetria de informação, este acaba aceitando tais valores muito mais pela necessidade de obtenção do produto ou serviço do que por uma análise crítica de custo-benefício para ele. O Open Banking - assim como outras inciativas – mudará essa realidade.

Quanto à chamada quarta revolução industrial<sup>5</sup>, a partir de meados dos anos 2000, ficou evidente que ter acesso a dados passou a ser um ativo extremamente valioso, seja para os governos, seja para as firmas. Não por menos, empresas como Facebook ainda passam a percepção para o cidadão de que "vendem" seus serviços a preço zero, o que não é verdade, uma vez que informação é um ativo valiosíssimo. Basta ver o quanto as "Big 5" (Apple, Alphabet, Amazon, Facebook e Microsoft) valem juntas: mais de US\$ 3 trilhões. É por esta razão que o detentor da informação – uma essential facility e, por isso, deveria ter acesso a todos sob condições isonômicas – passou a obter significativo poder de mercado, tendo a Europa já implantado o RGPD<sup>6</sup>.

Os desafios para a sociedade, a partir daí, passaram a ser expressivos. No mercado de trabalho, por exemplo, os impactos têm causado espécie, uma vez que a tecnologia passou a ocupar diversas funções até então executadas por profissionais, como as de médicos, professores e advogados. Sem mencionar a revolução em TI que passou a ocorrer na área de logística de empresas que têm grandes centros de armazenamento, como a Amazon, ou em centros de montagens, como ocorre na indústria automobilística.

Assim, se somarmos o poder horizontal, vertical e conglomeral dos bancos (ponto A) com o fato de se estar vivendo a quarta revolução industrial (ponto B), pode-se inferir que o poder de mercado dos cinco maiores bancos no Brasil foi potencializado, uma vez que são eles os detentores de praticamente todas os dados acerca das pessoas físicas e jurídicas no país.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Ver voto relator de Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt sobre o caso BM&F-Cetip. Ato de Concentração nº 08700.004860/2016-11. SEI nº 0318512.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> A <u>quarta revolução industrial</u> (ou Indústria 4.0) é um conceito desenvolvido pelo alemão Klaus Schwab, diretor e fundador do Fórum Econômico Mundial, em seu livro "A Quarta Revolução Digital" (2016). Neste ele argumenta que a revolução tecnológica iniciada em meados dos anos 2000 transformará de forma contundente a maneira como vivemos, trabalhamos, pensamos, agimos e nos relacionamos; envolvendo tecnologias disruptivas, como robótica, realidade aumentada, inteligência artificial, nanotecnologia, *Big Data*, impressão 3D, biologia sintética e *Internet of Things (IoT)*.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> O <u>Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados</u> (RGPD), implementado em maio de 2018 na <u>Europa</u>, mostra o conjunto de regras sobre privacidade e proteção de dados pessoais, com o objetivo de dar aos cidadãos e residentes formas de controlar os seus dados pessoais e unificar o quadro regulamentar europeu. Esta lei serviu de inspiração para outras. Nos <u>EUA</u>, foi implementado em janeiro de 2020 o *California Consumer Privacy Act* (CCPA), uma lei estadual. No <u>Brasil</u>, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPDP) foi aprovada em agosto de 2018 e estabelece que empresas que tenham como atividade centrada no tratamento sistemático de dados pessoais sejam obrigadas a ter um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, chamado de *Data Protection Officer* (DPO).



O vetor que tira a força de todo este poder é a regulação mais pró-competitivas que o BCB vem propondo, o surgimento das fintechs, a aprovação do cadastro positivo, a criação do PIX e a implementação do Open Banking. Indubitavelmente estes fatos têm permitindo a almejada desbancarização.

De fato, não se espera que uma maior concorrência bancária no Brasil ocorrerá pela via da entrada de novos bancos do mesmo porte que os cinco grandes bancos. Dada a capilaridade dos incumbentes, a rigorosa e cara regulação bancária, e as idiossincrasias do setor no país; a concorrência passou a contar com as empresas de alta tecnologia, mais eficientes, capazes de prover o mesmo (ou melhor) serviço, muitas vezes de forma customizada, a preços mais acessíveis. Não foi por outra razão que o Bradesco comprou a Ágora e o Itaú adquiriu a XP, a maior Maverick do mercado de investimento de plataforma aberta7. Ambas as fintechs estavam ameaçando o reinado dos incumbentes, amedrontando-os no tocante à concorrência potencial, uma vez que o objetivo da compra não era para aumentar a capacidade ou ganhar escala, o que teria consequências desejáveis no bem-estar do cidadão. A meta era extinguir com a concorrência potencial.

Observando a importância que tais empresas têm em desequilibrar o status quo em prol de trazer maiores benefícios ao usuário, os órgãos reguladores (CADE e Banco Central do Brasil - BCB) precisam reprovar operações que vão na direção contrária à desbancarização. É uma tendência mundial e, para ocorrer mais rápido no Brasil, os reguladores ligados à defesa da concorrência bancária não podem fraquejar.

O cadastro positivo<sup>8</sup> e o PIX, por sua vez, foram outras iniciativas na direção de dar um tratamento estrutural para a diminuição permanente da taxa de juros ao consumidor e o aumento do volume de crédito no Brasil; e para aumentar a eficiência na oferta de serviços no SFN, respectivamente. No caso do cadastro positivo, segundo o Branco Mundial, não só existe uma relação positiva entre crescimento do PIB quando uma sociedade tem um nível mais elevado de crédito, como também existe uma relação positiva entre os países que implementaram o cadastro positivo com o seu nível de crédito. Por transitividade, desta forma, pode-se dizer que há uma relação positiva entre países que possuem cadastro positivo e aqueles que possuem um nível maior de desenvolvimento. No Brasil, o cadastro positivo foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2019 e ainda está sendo implementado. No caso do PIX<sup>9</sup>, seu anúncio ocorreu em fevereiro de 2020 e seu início se dará em novembro de 2020, barateando o serviço de transferências bancária.

Para associar-se às *fintechs*, ao cadastro positivo e ao PIX, com maior propriedade ainda na direção da desbancarização, surge também o Open Banking. Por esta razão foi necessário discorrer sobre os itens anteriores.

O que se busca, na verdade, ao menos no Brasil, é inserir maior concorrência no mercado bancário por vias diversas, para, de forma estrutural, diminuir as taxas de juros ao consumidor, aumentar o nível de crédito, trazer maior eficiência ao SFN, aumentar o bem-estar social e, por fim, acelerar o crescimento do país.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Ver a nota de rodapé 3.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> O <u>cadastro positivo</u> é, resumidamente, o registro da pontualidade no pagamento das contas de um indivíduo. Seu objetivo é aumentar a utilização da informação do bom pagador no cálculo da sua nota de crédito, para definir o seu custo de crédito (isto é, a taxa de juros que incidirá sobre o seu financiamento), que será menor do que a do mal pagador. Essa é uma discriminação de preços boa, pois ao diminuir a assimetria de informação que existe entre o bom e o mal pagador, o emprestador pode cobrar menos daquele menos arriscado, criando ao mesmo tempo competição bancária entre os bons pagadores, o que faz reduzir mais ainda a taxa de juros final. Até então existia somente o <u>cadastro negativo</u>, que comtempla apenas as informações de inadimplemento sobre os créditos tomados.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Hoje as transferências entre contas bancárias são feitas por meio de TEDs (Transferências Eletrônicas Disponíveis) e DOCs (Documentos de Ordem de Crédito); e os pagamentos de contas são realizados via boleto bancário, cartões, transações físicas ou até mesmo com dinheiro vivo. As operações podem levar dias e podem custar entre R\$ 8,00 e R\$ 16,00. O PIX veio para dar mais eficiência, sendo mais rápido (instantâneo) e mais barato (custo zero) que os TEDs e os DOCs. O novo sistema de pagamentos do BCB foi criado com o objetivo de facilitar a transferência de valores entre contas bancárias e o pagamento de boletos e contas. Todos os bancos e fintechs com mais de 500 mil contas ativas precisarão se adequar para oferecer esse tipo de serviço.



O **Open Banking** (ou sistema bancário aberto ou partilha de dados bancários dos agentes econômicos) está intimamente relacionado com a transformação digital em curso no mundo, ressaltada por Klaus Schwab em 2016. A instituição financeira que não inovar e não se digitalizar, provavelmente sairá deste mercado em breve. No mundo, diversos países já passaram a adotar este modelo ou estão implementando, como Reino Unido, México, Canadá e Austrália. A competição bancária chegou para ficar, sendo este o mais recente exemplo do processo de destruição criadora Schumpeteriano<sup>10</sup>.

Open Banking se refere a um conjunto de regras sobre o uso e compartilhamento de dados e informações financeiras dos usuários entre instituições do sistema financeiro. No Brasil, esta partilha de dados ocorrerá inicialmente entre o banco que o cliente tem a sua conta e instituições do SFN que estejam participando desta iniciativa. Espera-se maior competição na oferta de todos os produtos e serviços oferecidos hoje pelos bancos, uma vez que fintechs mais eficientes e focadas em atuar em apenas um mercado (de seguros de vida, por exemplo) poderão ofertar soluções diferenciadas e customizadas а um custo menor. compartilhamento ocorrerá por meio de APIs<sup>11</sup>, tecnologia que permite a integração de sistemas com segurança (logo, evitando fraudes), para intercambiar de forma segura as informações do consumidor entre as instituições do SFN.

Assim, se o cliente do banco A quer usar o serviço de uma fintech B, dona de um aplicativo de controle de gastos por exemplo, o cliente pode pedir (ou permitir) que o banco A compartilhe as suas informações bancárias com a fintech B, dando anuência para que haja a integração de um aplicativo terceiro (da fintech B) ao app do Banco A que está no seu smartphone, viabilizando, assim, que este cliente receba o serviço financeiro personalizado daquela fintech. Como os grandes bancos hoje ofertam uma gama

expressiva de produtos e serviços, para além de empréstimo bancário, este modelo acirrará a competição em cada um dos mercados em que os bancos atuam.

Importante ressaltar que a premissa principal deste modelo de negócio é que dito compartilhamento precisa ter a anuência do cliente para tal feito, uma vez que o "dono da informação" é ele e não o banco. Caberá ao consumidor, portanto, a decisão de autorizar ou não o compartilhamento de seus dados bancários com outras instituições (bancos ou provedores de produtos e serviços), para permitir que ele possa buscar por produtos e serviços mais adequados ao seu perfil, vis-à-vis os preços de cada instituição, aumentando seu espectro de escolha.

Em maio de 2019 o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o BCB aprovaram o funcionamento do Open Banking no Brasil. O objetivo é antecipar o processo natural de desbancarização no Brasil, acompanhando uma realidade mundial, incentivando a inovação e estimulando a entrada de mais fintechs no mercado, que possam oferecer produtos e serviços que, hoje, são majoritariamente fornecidos pelos bancos.

O BCB sempre teve como objetivos garantir: a estabilidade da moeda e a solidez do SFN. A partir de 2015, contudo, acrescenta-se a estes dois um terceiro objetivo: garantir maior eficiência do setor bancário, fomentando a competição no SFN. No caso do Open Banking, o BCB<sup>12</sup> divulgou o seu cronograma de implementação, pairando ainda diversas dúvidas sobre a sua operacionalização. A primeira fase ocorrerá em 30/11/2020, com acesso público aos dados das instituições, e seu término se dará em 30/10/2021. Os maiores desafios do regulador são divididos em dois grupos: (1) governança e regulação e (2) experiência do cliente. No tocante ao primeiro grupo, o BCB objetiva que haja: diversidade e representatividade participantes, sustentabilidade do interoperabilidade, neutralidade e isonomia competitiva. No concernente ao segundo grupo, o BCB perquire, dentre outros pontos, pela: transparência e clareza

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Conceito popularizado pelo economista austríaco Joseph Schumpeter em seu livro Capitalismo, Socialismo e Democracia (1942), a considerar as inovações tecnológicas como motor do desenvolvimento capitalista, em que uma inovação acaba com destruir a anterior. Um exemplo é o computador e a máquina de escrever.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> API (*Application Program Interface* ou aplicação de interface de programas) é uma série de comandos, funções, rotinas, protocolos e ferramentas de programação, que definem como diferentes sistemas devem interagir entre si, como ocorrerá no Open Banking, entre o sistema dos bancos e das *Fintechs* (ou aplicativos de terceiros). Vale observar que as APIs não estão restritas a plataformas financeiras, mas são parte vital na movimentação segura de dados no caso do Open Banking.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Para maiores detalhes, ver a Apresentação de Otávio Damaso, diretor de Regulação, out/19 (https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/Open%20Banking%20-%20V07%20-%20Evento%20C4%20-%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf).



informações prestadas para os clientes; abrangência no consentimento, autenticação e confirmação por parte do cliente; autenticação semelhante à do acesso direto na instituição; e simplicidade, segurança e eficiência.

Já existem alguns pouquíssimos casos de compartilhamento no SFN, mas estes têm barreiras operacionais e normativas, em geral, vindas dos bancos de grande porte. O Guiabolso talvez seja o mais emblemático. Esta *fintech*, que consolida informações financeiras dos clientes em uma plataforma e que teve problemas legais com um dos cinco grandes bancos, desde agosto de 2019 está integrada ao Banco Original. Este é o primeiro caso de compartilhamento de APIs de Open Banking num serviço para a pessoa física.

Em suma, todas as ações que o BCB tem tomado em prol de trazer maior concorrência bancária pela via da desbancarização estão se agregando. Exemplos de sua atuação efetiva não faltam, como: regular melhor a cadeia produtiva dos cartões de crédito e débito, implementar o

PIX, permitir que as grandes empresas de tecnologia possam ofertar serviços financeiros sem fechar o mercado para outros entrantes, propor uma harmoniosa regulação das *fintechs* e dos bancos, ajustar o marco normativo do cadastro positivo.

A que parece que modificará contundentemente a cultura brasileira atual em como a população brasileira está acostumada a lidar com o SFN é o início do Open Banking, que deverá estar em funcionamento no final de 2021. Estas iniciativas, somadas às reformas estruturais necessárias para aumentar a produtividade do trabalhador brasileiro, são imperantes não só para que o Brasil passe a crescer de forma robusta e consistente, mas também a se desenvolver de maneira a promover maior justiça social.

Que venha a desbancarização! Que venha o Open Banking!

#### 2. Atividade Econômica

Até o dia 27 de agosto, o mundo havia ultrapassado a marca de 24 milhões de casos da Covid-19 e de 829 mil óbitos causados pela doença. No Brasil, o número de casos passou para 3,8 milhões e o de mortes para 118,6 mil, mantendo o país como o 2º com maiores números absolutos, atrás apenas dos Estados Unidos que acumulam 5,8 milhões de casos confirmados e 180 mil óbitos. No cálculo proporcional de infectados em relação ao tamanho da população o Brasil tem a 8ª maior taxa de incidência do mundo, com 1.789,9 casos por 100 mil habitantes. O Espírito Santo, por sua vez, soma 108,6 mil casos confirmados e 3,1 mil mortes<sup>13</sup>.

Após a redução de novos casos e óbitos na Europa em junho e julho, que propiciou a retomada gradual das atividades econômicas, em agosto o número de casos voltou a subir no continente. Este fato pode estar associado à estação do verão europeu, em que há maior

frequência das pessoas em espaços públicos e maior mobilidade dos turistas.

Especialmente na Espanha<sup>14</sup>, o aumento de casos levou novamente ao fechamento de casas noturnas e à conscientização da população para evitar aglomerações acima de 10 pessoas. Com isso, a Alemanha decidiu testar os passageiros que chegam das ilhas espanholas, e a Áustria incluiu o país no alerta de viagem. O Reino Unido, que também presenciou a alta no número de casos em agosto, orientou a quarentena para os britânicos e demais turistas que retornaram da França, Malta e Holanda.

No continente africano, após o aumento significativo de casos no mês de julho, em agosto a região começou a presenciar a redução gradual de novos infectados. No continente americano, o número de novos casos permaneceu em alta, com diferenças pontuais entre os

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Confira os números atualizados nos boletins diários da Covid-19 produzidos pelo Ideies, em <a href="https://findes.com.br/medidascoronavirus/boletinsdoideies/">https://findes.com.br/medidascoronavirus/boletinsdoideies/</a>

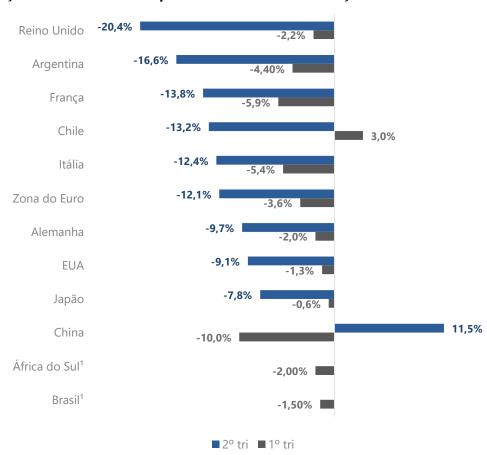
<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Veja mais em: <a href="https://www.reuters.com/article/health-coronavirus-spain-clubs/spain-shuts-nightclubs-to-prevent-coronavirus-contagion-idUSLUN2E6007">https://www.reuters.com/article/health-coronavirus-spain-clubs/spain-shuts-nightclubs-to-prevent-coronavirus-contagion-idUSLUN2E6007</a>



países. Enquanto os Estados Unidos e o Brasil lideram o ranking mundial, o Chile parece ter controlado os casos em patamares mais baixos, já a Argentina e a Colômbia apresentaram aceleração de novos contágios em agosto<sup>15</sup>.

O impacto da pandemia da Covid-19 sobre a atividade econômica de muitos países se mostrou ainda mais intenso, de acordo com os dados referentes ao segundo trimestre. De maneira geral, para conter o espalhamento do vírus os países foram forçados a fechar lojas, a diminuir a produção da indústria, a reduzir o fluxo de viagens turísticas, gerando um menor nível de investimento e de arrecadação de tributos e impostos. Na comparação com o primeiro trimestre, o PIB do segundo trimestre contraiu -20,4% no Reino Unido, -16,6% na Argentina, -12,1% na Zona do Euro, -9,1% nos Estados Unidos<sup>16</sup>. Na contramão às quedas internacionais, a China apresentou crescimento de 11,5% do PIB nesse período.

Gráfico 1 - Variação do PIB trimestral de países selecionados – em relação ao trimestre imediatamente anterior



<sup>1</sup> Dados ainda não divulgados oficialmente para o 2º trimestre. Fontes: LCA, ESRI, BEA, Eurostat, Banco Central de Chile, StatsSA, INDEC, IBGE Elaboração: Ideies/Findes

<sup>15</sup> O mapa mundial de acompanhamento de casos da OMS pode ser encontrado em: https://covid19.who.int/.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Vale ressaltar que a divulgação oficial do PIB dos Estados Unidos pelo BEA se dá em taxa anualizada, que para o 2º trimestre desse ano foi de -31,7%. Contudo, conforme analisado pelos especialistas em contas nacionais Claudio Considera e Roberto Olinto, esse resultado foi calculado a partir da elevação à quarta potência da taxa trimestral em comparação com o mesmo período do ano passado. Um dos efeitos de se considerar esta metodologia de cálculo é sobrestimar ou superestimar a taxa. Por isso, optouse por considerar neste gráfico somente a variação do PIB americano em relação ao primeiro trimestre, que foi de -9,1%, para manter o mesmo padrão de análise dos demais países. Confira o texto de Considera e Olinto em: <a href="https://blogdoibre.fgv.br/posts/para-que-serve-serve-para-nada">https://blogdoibre.fgv.br/posts/para-que-serve-serve-para-nada</a>

No Brasil, o índice que mede a atividade econômica mensurado pelo IBC-BR do Banco Central<sup>17</sup> caiu -10,9% no segundo trimestre, em relação ao primeiro trimestre do ano. No que diz respeito aos setores da economia, apurados pelas pesquisas mensais do IBGE, todos registraram valores negativos no segundo trimestre em decorrência da desaceleração da atividade econômica causada pela crise da Covid-19. Neste período, as quedas foram de -17,5% para a produção na indústria, -5,9% para as vendas no comércio ampliado e -15,4% no volume de serviços.

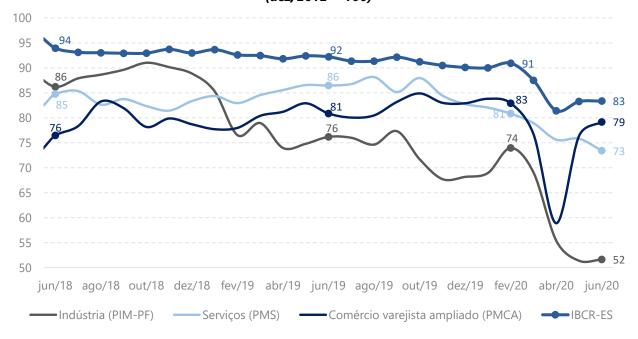
Na passagem de maio para junho, o IBC-BR apresentou alta de 4,9%, descontados os efeitos sazonais. Nessa variação marginal, a indústria avançou 8,9%, o comércio ampliado 12,6% e os serviços 5,0%, também com os ajustes sazonais.

Para o Espírito Santo, o indicador de atividade econômica IBCR-ES contraiu -7,6% no segundo trimestre, puxado pelas quedas de -25,5% na produção industrial, -11,9% no comércio varejista ampliado<sup>18</sup> e -7,0% no volume de serviços.

Em junho, o IBCR-ES variou 0,12% em relação a maio, já descontados os efeitos sazonais. Este é o segundo resultado positivo consecutivo, sinalizando uma melhora na economia capixaba. As variações mensais foram de 0,4% para a indústria, 3,6% no comércio ampliado e -3,2% no setor de serviços.

Apesar desses avanços, vale ressaltar que os índices mensais ainda não retomaram aos patamares do período pré-pandemia, conforme demonstra o gráfico 2. Pela análise do IBC-BR e IBCR-ES, o indicativo é que a queda do PIB no segundo trimestre, tanto para o Brasil quanto para o Espírito Santo, será maior do que a queda presenciada no primeiro trimestre.

Gráfico 2 - Índices mensais de atividades da economia, Espírito Santo - com ajuste sazonal (dez/2012 = 100)



Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE Elaboração: Ideies / Findes

<sup>17</sup> Os Índices de Atividade Econômica (IBC-BR e IBCR) são divulgados mensalmente pelo Banco Central com o objetivo de apresentar a tendência de curtíssimo prazo da economia para balizar a política monetária. Apesar de metodologias de cálculos diferentes, são indicadores que se aproximam de uma análise mensal do PIB, contudo, não se trata da projeção do mesmo. A frequência de divulgação do PIB é trimestral e abrange um quadro mais completo da economia.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Vale ressaltar que o comércio restrito, que não considera material de construção e veículos, atingiu já em julho o patamar prépandemia. Em termos de índice, em julho o comércio restrito chegou a 93, enquanto em janeiro e fevereiro desse ano os valores foram de 90 e 91, respectivamente.



As expectativas para a atividade econômica nacional em 2020, do relatório Focus do Banco Central, apontam que as projeções do PIB para o Brasil passaram de -5,52% para -5,46% (mediana). A expectativa mais otimista para o PIB

deste ano é de -3,83% e a mais pessimista é de -10,02%. Para o PIB de 2021, a expectativa de crescimento se manteve em 3,50%.

6,0 4,0 2,0 0,0 -2,0 -3,83 -4,0 -5,46 -6,0 -8,0 -10,0 -10,02 -12,0 15/04/2020 22/04/2020 28/04/2020 05/05/2020 17/07/2020 23/07/2020 29/07/2020 02/03/2020 06/03/2020 12/03/2020 18/03/2020 23/03/2020 27/03/2020 02/04/2020 08/04/2020 15/05/2020 21/05/2020 27/05/2020 02/06/2020 08/06/2020 15/06/2020 19/06/2020 25/06/2020 01/07/2020 11/02/2020 17/02/2020 21/02/2020 11/05/2020 04/08/2020 ■Área hachurada - máximo e mínimo Expectativa PIB - mediana Fonte: Bacen - Relatório Focus

Gráfico 3 - Projeção PIB/2020 - Variação (%) Anual \*

Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 1 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Jun 2020 / Mai 2020¹	Jun 2020 / Jun 2019	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	4,89	-7,05	-6,28	-2,55
Índice de atividade econômica regional ES	0,12	-9,18	-6,82	-4,40
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	8,9	-9,0	-10,9	-5,6
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	0,4	-32,4	-20,8	-19,6
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	8,0	0,5	-3,1	0,1
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	6,7	7,3	-1,5	1,0
Volume de vendas do comércio varejista ampliado² - Brasil	12,6	-0,9	-7,4	-1,3
Volume de vendas do comércio varejista ampliado <sup>2</sup> - ES	3,6	2,4	-4,2	0,1
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	5,0	-12,1	-8,3	-3,3
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	-3,2	-12,3	-7,9	-2,0

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Valores com ajuste sazonal

Elaboração: Ideies / Findes

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil



Outra informação importante para a análise do desempenho da economia é o montante arrecadado pela Receita Federal. De janeiro a julho desse ano, as arrecadações totalizaram R\$ 783,3 bilhões, o que representa um decréscimo real de -15,0% em relação ao mesmo período do ano passado. Esse resultado foi influenciado pela queda de -28,7% na arrecadação da Cofins e do PIS/Pasep, e pela queda de -18,0% na Receita Previdenciária.

Somente no mês de julho, as arrecadações somaram R\$ 116 milhões, o que corresponde a um decréscimo real de 17,7% em relação ao mesmo mês do ano passado, porém um acréscimo de 34,0% em relação a junho desse ano. Este avanço sobre junho, influenciado pelas altas na Cofins (86,7%), no PIS/PASEP (83,0%) e na CSLL (104,8%), sinaliza uma melhora da economia brasileira, possivelmente provocada pela retomada de algumas atividades nesse mês.

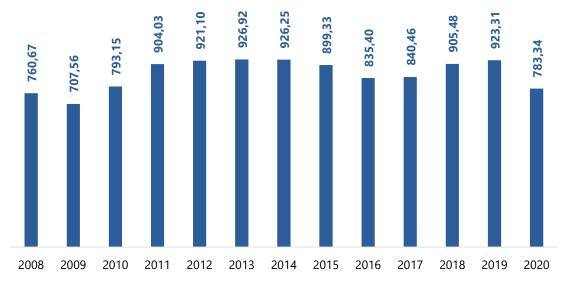
No que diz respeito à Reforma Tributária proposta pelo Ministério da Economia<sup>19</sup>, a primeira parte do plano, o Projeto de Lei nº 3887/2020 que propõe a união do PIS e da Cofins em um novo tributo (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços - CBS) com alíquota única de 12%, foi encaminhado à Câmara do Deputados em julho e está no aguardo da votação e despacho do presidente da Câmara ao Senado.

Uma discussão acalorada nesse mês de agosto foi sobre o Teto de Gastos públicos. O aumento das despesas da União no combate a Covid-19 e a queda nas arrecadações tributárias levaram a um desequilíbrio fiscal imprevisto no início de 2020, bem como na Lei Orçamentária. Para os próximos anos, no entanto, a discussão no Governo e de especialistas é sobre a manutenção ou flexibilização desse teto, visando o controle das contas governamentais, da dívida pública e, em maior grau, da economia nacional<sup>20</sup>.

Ainda sobre às contas públicas nacionais, a Câmara dos Deputados reverteu a aprovação do Senado em derrubar o veto presidencial ao reajuste de salário de servidores públicos até dezembro de 2021. No início da epidemia no país, uma das medidas econômicas foi o repasse de R\$ 60 bilhões do governo federal aos estados e municípios e, em contrapartida, ficou vetado o reajuste de salário dos servidores, com o propósito de controle das finanças públicas.

No mês de agosto, em uma votação no Senado por 42 votos a 30, a derrubada ao congelamento de salários foi aprovada. Contudo, na votação seguinte na Câmara dos Deputados, com 316 votos a favor do veto, a decisão presidencial inicial ficou mantida, de modo que (até o presente momento) não haverá reajuste para o funcionalismo público.

Gráfico 4 - Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a julho – em R\$ bilhões (a preços de julho de 2020)



Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal Elaboração: Ideies / Findes

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Veja no Boletim Econômico Capixaba de julho as propostas de Reforma Tributária em: <a href="http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/715/original/Boletim-Julho">http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/715/original/Boletim-Julho</a> 2020.pdf?1597326744

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Sobre o teto de gastos, veja mais informações no painel de monitoramento do Tesouro Nacional: https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-do-teto-de-gastos



#### Box 1 - Mercado de trabalho formal em julho

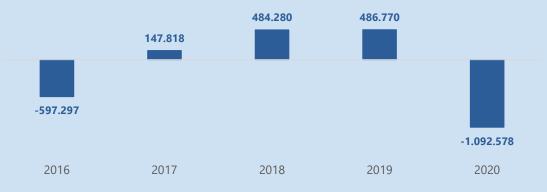
No dia 21/08/2020, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho divulgou as informações do Novo Caged referente à movimentação do mercado de trabalho formal do mês de julho de 2020.

No acumulado de janeiro a julho de 2020, o Brasil reduziu -1.092.578 postos formais de trabalho, resultado puxado pelas medidas de distanciamento social para o combate do coronavírus iniciadas a partir da segunda quinzena de março

na maioria dos estados brasileiros. Esse saldo líquido foi pior que o acumulado nos mesmos sete meses em 2016 e 2017, que também foram anos de crise econômica no país (gráfico 5).

Em julho, após quatro meses de destruição de vagas de trabalho, o país voltou voltou a registrar saldo positivo, de 131.010. Nesse sétimo mês do ano, 1.043.650 pessoas foram admitidas e outras 912.640 foram desligadas.

Gráfico 5 – Evolução do saldo líquido de empregos formais no Brasil – Acumulado janeiro a julho



(\*) Com ajuste das declarações enviadas fora do prazo.

Fonte: Novo Caged/ME Elaboração: Ideies/Findes

Tabela 2 - Saldo líquido de empregos formais no Brasil e no Espírito Santo – julho de 2020\*

Período		Brasil		I	Espírito Santo	
	Admissões	Desligamentos	Saldos	Admissões	Desligamentos	Saldos
Acumulado janeiro a julho de 2020	7.821.801	8.914.379	-1.092.578	150.093	175.407	-25.314
Julho de 2020	1.043.650	912.640	131.010	20.368	18.363	2.005

(\*) Com ajuste das declarações enviadas fora do prazo.

Fonte: Novo Caged/ME Elaboração: Ideies/Findes

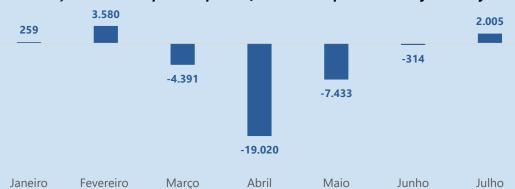
No Espírito Santo, no acumulado de 2020 houve o fechamento de 25.314 postos com carteira de trabalho assinada.

Apenas nos meses de março a junho, quando estavam em vigor as medidas mais restritivas de distanciamento social no estado, houve o encerramento de -31.158 vagas celetistas. Com esse resultado, o total de postos formais capixabas reduziu em 3,46% em relação a janeiro, registrando um total de 705.961 postos de carteira assinada em junho.

Em julho, o Espírito Santo voltou a criar 2.005 postos de trabalho formal, resultado de 20.368 admissões ante 18.363 desligamentos no mês. Este foi o primeiro saldo positivo no estado desde fevereiro, quando antecedeu o início das medidas de distanciamento social para o combate a Covid-19.



Gráfico 6 – Evolução do saldo líquido de postos formais no Espírito Santo – janeiro a julho de 2020



(\*) Com ajuste das declarações enviadas fora do prazo.

Fonte: Novo Caged/ME Elaboração: Ideies/Findes

A indústria geral (+1.476) e a da construção (+928) foram os setores que mais geraram vagas de trabalho formais no Espírito Santo em julho. Na indústria de transformação (+1.400 vagas), 16 das 23 atividades expandiram os postos formais nesse mês, e os principais destaques foram a manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (+329), a fabricação de móveis (+260), a fabricação de minerais não-metálicos (+258) e a fabricação de produtos alimentícios (+174).

Nesse mês, a agricultura foi a atividade que mais destruiu vagas formais (-578) no Espírito Santo. Somente o cultivo do café registrou uma redução de 208 postos, reflexo do final do período de colheita desse grão. Outro destaque negativo nesse setor foi a diminuição de 163 empregos celetistas na criação de bovinos no estado.

O setor de serviços registrou um saldo negativo de -137 vagas, puxado pela redução de postos de trabalho nas atividades de alojamento e alimentação (-419), administração pública (-189) e atividades de organização associativas (-96).

Entre 26 municípios do Espírito Santo com mais de 30 mil habitantes, 14 apresentaram saldos positivos de postos formais em julho. Os melhores resultados foram registrados em Serra (+914), Aracruz (+195), Linhares (+169), Cariacica (+161), Colatina (+136) e Cachoeiro de Itapemirim (+134). Em contrapartida, os municípios de Nova Venécia (-97), Vila Velha (-86) e Sooretama (-64) foram os que mais fecharam de vagas celetistas nesse mês.

Tabela 3 - Saldo líquido de empregos formais nos setores do Espírito Santo, com ajuste – julho de 2020

Setores	Acumulado Janeiro a Julho de 2020	Julho de 2020
Indústria	-3.117	1.476
Construção	937	928
Comércio	-10.268	316
Serviços	-12.738	-137
Agropecuária	-128	-578

(\*) Com ajuste das declarações enviadas fora do prazo.

Fonte: Novo Caged/ME Elaboração: Ideies/Findes



## 3. Desempenho Industrial

Desde meados de março de 2020, a indústria vem sentido os efeitos das medidas de distanciamento social para o combate à pandemia de Covid-19. Essas medidas acarretaram a redução na demanda mundial por commodities e, com a disseminação da doença nos estados brasileiros, a paralisação da produção em algumas plantas e a queda no consumo doméstico de produtos industrializados.

No primeiro semestre de 2020, a produção industrial brasileira acumulou queda de -10,9%, com retração tanto na indústria de transformação (-11,9%) quanto na extrativa (-2,8%).

As atividades que exerceram as maiores influências negativas na formação do índice da indústria geral nacional foram: veículos automotores, reboques e carrocerias (-43,6%); metalurgia (-15,8%); máquinas e equipamentos (-16,7%); confecção de artigos do vestuário e acessórios (-36,6%); e couro, artigos para viagem e calçados (-33,7%).

Na comparação de junho contra o mesmo mês de 2019, o desempenho da indústria nacional caiu -9,0%. Todas as categorias econômicas registraram variações negativas nessa base de comparação interanual.

Tabela 4 – Variação (%) da Produção Industrial, Brasil - junho 2020

	Jun 20/ Maio 20*	Jun 20/ Jun 19	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	8,9	-9,0	-10,9	-5,6
Indústrias extrativas	5,5	-1,0	-2,8	-5,1
Indústrias de transformação	9,9	-10,1	-11,9	-5,7
Bens de Capital	13,1	-22,2	-21,2	-11,0
Bens Intermediários	4,9	-5,9	-6,6	-4,2
Bens de Consumo	15,9	-11,6	-16,2	-6,8
Bens de consumo duráveis	82,2	-35,1	-36,8	-16,9
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	6,4	-5,6	-10,3	-4,0

(\*) Dados dessazonalizados Fonte: IBGE (PIM-PF) Elaboração: Ideies / Findes

Contudo, na passagem de maio para julho de 2020, a indústria nacional cresceu 8,9%, influenciada pelo desempenho das indústrias de bens de consumo duráveis (+82,2%) e de bens de capital (13,1%).

Esse foi o segundo crescimento consecutivo na variação frente ao mês imediatamente anterior, o que permitiu a indústria nacional eliminar parte da perda de 26,6% registrada em março e abril, meses que vigoraram as medidas de distanciamento social mais restritivas. Ou seja, esse setor conseguiu recompor parcialmente seu nível de produção anterior ao da pandemia no país.

De acordo com o IEDI, o crescimento da indústria na passagem de mês tem sido influenciado: pela menor redução da demanda agregada da economia devido ao auxílio emergencial; pela implementação de protocolos de segurança sanitária dentro das empresas, que foram importantes para permitir a retomada da produção nos estados que limitaram a atividade industrial; e pela progressiva flexibilização do isolamento social promovida em diversas partes do país a partir de maio e junho<sup>21</sup>.

Ressalta-se que as trajetórias de recuperação entre os estados foram bastantes distintas, muito provavelmente devido a estágios diferentes da pandemia e ao perfil específico de cada indústria local.

No Espírito Santo, a indústria retraiu -20,8% no primeiro semestre do ano, na comparação com o mesmo período de 2019 (tabela 5). Esse foi o pior resultado entre os 15 locais pesquisados.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Veja a publicação do Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) em: https://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise\_iedi\_20200811\_industria\_regional.html

Tabela 5 – Variação (%) da Produção Industrial, Espírito Santo - junho 2020

•		,	
Jun 20/ Maio 20*	Jun 20/ Jun 19	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
0,4	-32,4	-20,8	-19,6
-7,3	-47,9	-29,7	-26,6
8,4	-18,7	-12,9	-12,9
3,3	-20,8	-7,2	-2,7
-5,9	0,1	-0,7	-25,9
18,0	-14,1	-14,9	-4,6
6,1	-30,8	-21,0	-18,0
	0,4 -7,3 8,4 3,3 -5,9 18,0	Maio 20*     Jun 19       0,4     -32,4       -7,3     -47,9       8,4     -18,7       3,3     -20,8       -5,9     0,1       18,0     -14,1	Maio 20*         Jun 19         no ano           0,4         -32,4         -20,8           -7,3         -47,9         -29,7           8,4         -18,7         -12,9           3,3         -20,8         -7,2           -5,9         0,1         -0,7           18,0         -14,1         -14,9

(\*) Dados dessazonalizados Fonte: IBGE (PIM-PF) Elaboração: Ideies / Findes

A queda no setor capixaba se revela ainda mais crítica que a da média nacional (-10,9%).

Todas as atividades industriais pesquisadas pela PIM-PF no Espírito Santo tiveram resultados negativos mais acentuados que a média nacional no 1º semestre do ano (gráfico 7). Entre elas, destaca-se a indústria extrativa que sofreu uma redução de -29,7%, puxada pela menor produção de petróleo, gás natural e minério de minério de ferro pelotizado<sup>22</sup>.

A metalurgia caiu -21,0% nesse período, resultado puxado pela paralisação do alto-forno nº 3 de Tubarão a partir de 21 de abril de 2020. De acordo com o Relatório da ArcelorMittal do 2º trimestre de 2020<sup>23</sup>, maior empresa do segmento no estado, a redução da demanda mundial por aço, devido aos impactos da pandemia de Covid-19, levou a companhia a adotar essa medida.

Posteriormente, dada a melhora nas condições do mercado internacional e a po-sição de custo favorável, a empresa reiniciou as atividades no alto-forno nº 2 dessa mesma planta, em julho<sup>24</sup>.

Entre as variações no primeiro semestre de 2020, a menor queda foi registrada na fabricação de celulose, papel e produtos de papel (-0,7%).

De acordo com os relatórios trimestrais da Suzano S.A, a demanda por celulose foi beneficiada, em um primeiro momento, pelo crescimento da demanda de papéis sanitários (tissue) e, ao fim do segundo trimestre, sofreu impacto da desaceleração de consumo de papéis de imprimir & escrever e especialidades<sup>25</sup>. Segundo a empresa, a pandemia também tem provocado incertezas no mercado de celulose e, mesmo assim, a empresa conseguiu reduzir os estoques no país.

Gráfico 7 – Variação (%) da Produção Industrial, Brasil e Espírito Santo- Acumulado de jan-jun de 2020



<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Para maiores informações produção total de P&G e da Vale S.A no primeiro semestre de 2020, veja a edição de julho do Boletim Econômico: http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/715/original/Boletim-Julho 2020.pdf?1597326744

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Veja mais em: <a href="https://corporate-media.arcelormittal.com/media/ntcfooh3/2q-20-earnings-release.pdf">https://corporate-media.arcelormittal.com/media/ntcfooh3/2q-20-earnings-release.pdf</a>

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> O alto-forno estava paralisado desde junho de 2019, quando realizou uma parada para manutenção e permaneceu desligado diante das condições do mercado de aço.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> Veja mais em: https://s1.q4cdn.com/987436133/files/doc\_financials/2020/q2/Release-de-Resultados\_2T20\_PT\_vFinal.pdf



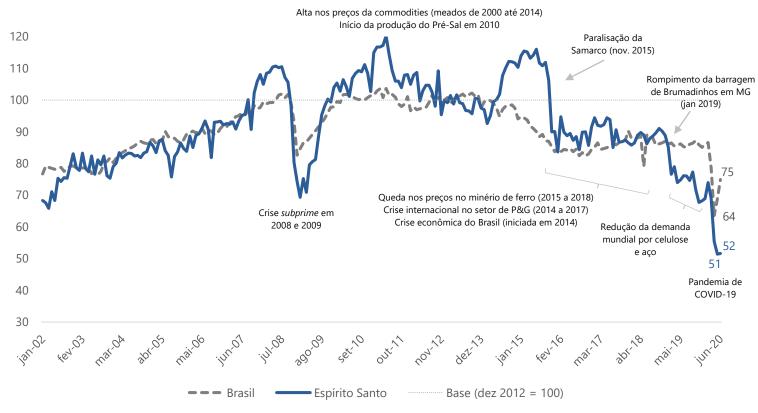
Na comparação de junho contra o mesmo mês do ano anterior, a produção da indústria do Espírito Santo caiu -32,4%, com retrações na indústria extrativa (-47,9%) e na de transformação (-18,7%).

Nessa base de comparação, apenas a fabricação de celulose, papel e produtos de papel (0,1%) registrou uma variação positiva.

Na passagem de maio para junho, a produção física da indústria geral do Espírito Santo variou 0,4%.

Esse resultado ainda foi incipiente para demonstrar uma retomada da indústria capixaba, uma vez que a produção em junho foi 57,1% menor que a do nível recorde alcançado pelo estado em maio de 2011.

Gráfico 8 – Evolução do índice da produção física da indústria do Espírito Santo, com ajuste sazonal



Fonte: IBGE Elaboração: Ideies / Findes

No acumulado de janeiro a julho 2020, frente ao mesmo período do ano anterior, a produção de petróleo e gás no Espírito Santo registrou queda de -10,2%, enquanto a produção total do Brasil avançou 13,3%<sup>26</sup>. Na comparação de julho contra o mesmo mês de 2019, a produção de petróleo capixaba retraiu -10,0% e a de gás natural caiu -6,1%.

Na passagem de junho para julho, as produções de petróleo (-2,7%) e de gás natural (-3,4%) voltaram a reduzir no Espírito Santo.

A extração onshore de gás natural retraiu -26,0% no estado, e a de petróleo caiu -3,4%. A produção de

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> Como abordado nas edições anteriores, a menor atividade no setor de P&G capixaba pode ser explicada pelos seguintes fatores: o processo de declínio natural dos campos devido à redução da atividade exploratória no estado; paralisação das FPSO Capixaba e P58 devido à contaminação de tripulantes por coronavírus; queda na demanda mundial por petróleo em função das medidas de distanciamento e isolamento adotados em vários países para combater a pandemia.



petróleo (2,2%) e a de gás natural (1,4%) em nível nacional permaneceram com resultados positivos nessa base de comparação.

Em julho, pela primeira vez no Brasil, a produção de

petróleo e gás na camada do Pré-sal superou a marca de 70% da produção total do país, com aproximadamente 2,7 MMboe/d. No Espírito Santo, a extração nesse polígono totalizou 149,1 Mboe/d, que correspondeu a 54,8% do total da produção capixaba de P&G.

Tabela 6 - Variação (%) e produção de petróleo e gás natural, Brasil e Espírito Santo – julho de 2020

		Brasil			spírito Santo	
	Gás Natural (Mm³/d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)	Gás Natural (Mm³/d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)
Produção	130.332	3.078.305	3.898.070	6.142	233.304	271.935
Variação (%) - acumulada no ano	10,7%	14,0%	13,3%	-15,0%	-9,4%	-10,2%
Variação (%) - jul.20/ jul.19	5,0%	10,9%	9,6%	-6,1%	-10,0%	-9,5%
Variação (%) - jul.20/ jun.20	1,4%	2,2%	2,0%	-3,4%	-2,7%	-2,8%

Fonte: ANP

Elaboração: Ideies / Findes

Como mostra a tabela 6, no Brasil houve recuperação da produção total de P&G em todas as bases de comparação. Isso decorre da melhoria na demanda mundial por petróleo em função da retomada, ainda gradual, da atividade econômica em diversos países. Essa mudança de cenário refletiu na melhora da cotação dos contratos futuros do petróleo Brent (US\$ 43,3) e do WTI (US\$ 40,3) em julho, que avançaram, respectivamente, 5,2% e 2,5%, frente a junho.

Na análise das estatísticas do comércio exterior, as exportações da indústria do Espírito Santo caíram -US\$ 1,2 bilhão no acumulado de janeiro a julho de 2020, comparado ao mesmo período de 2019.

Essa queda foi influenciada, principalmente, pela menor

exportação nas atividades de: extração de minerais metálicos (-US\$ 469,59 milhões); extração de petróleo e gás natural (-US\$ 355,1 milhões); metalurgia (-US\$ 267,19 milhões); fabricação de produtos de minerais não-metálicos (-US\$ 89,15 milhões); e celulose, papel e produtos de papel (-US\$ 31,4 milhões).

Como abordado anteriormente, esses segmentos industriais foram significativamente impactados pelas medidas de distanciamento e isolamento social adotadas para combater a Covid-19, que levaram quedas no PIB em diversos países, entre eles estão os principais parceiros comerciais do Espírito Santo, e a retração na demanda mundial por commodities. Esses fatores também influenciaram diretamente o nível da produção industrial capixaba mensurado pela PIM-PF até junho.

Tabela 7 - Principais atividades industriais exportadoras do Espírito Santo

_	Jan - Jul 2	2019	Jan - Jul 2020		
Atividades industriais*		Part. no		Part. no	
	US\$ milhões	total da indústria	US\$ milhões	total da indústria	
Metalurgia	1.036,6	26,67%	769,4	29,13%	
Extração de Minerais Metálicos	1.174,7	30,22%	705,1	26,70%	
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	435,0	11,19%	345,8	13,10%	
Extração de Petróleo e Gás Natural	371,1	9,54%	339,7	12,86%	
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	651,8	16,77%	296,7	11,23%	
Extração de Minerais Não-Metálicos	58,1	1,50%	69,0	2,61%	
Fabricação de Produtos Alimentícios	70,7	1,82%	51,8	1,96%	
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados Do Petróleo e de Biocombustíveis	29,5	0,76%	22,4	0,85%	
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	8,1	0,21%	8,1	0,31%	
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	16,4	0,42%	8,0	0,30%	
Demais atividades	35,5	0,91%	24,9	0,94%	
Total da indústria	3.887,5	100,00%	2.641,0	100,00%	

(\*) Cnae 2.0

Fonte: Funcex

Elaboração: Ideies/ Findes



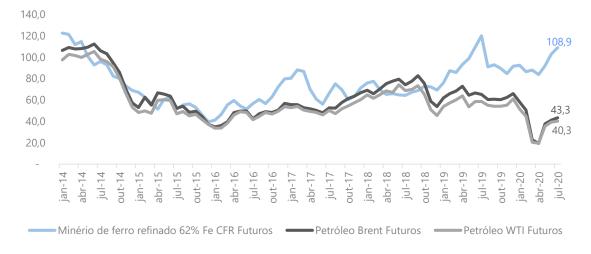
Na passagem de junho para julho, as exportações industriais do Espírito Santo cresceram US\$ 6,2 milhões.

A extração de minerais metálicos, com um aumento de US\$ 88,1 milhões nas vendas externas, foi a atividade que mais contribuiu como esse resultado total do setor. Essa expansão tem relação com a recuperação dos preços dos contratos futuros de minério de ferro refinado desde de maio

(gráfico 9). No sétimo mês do ano, a cotação média foi de US\$ 108,9, maior desde de julho de 2019 (US\$ 120,02)<sup>27</sup>.

Ainda nessa base de comparação, as principais contribuições negativas para as exportações capixabas vieram da metalurgia (-US\$ 56,6 milhões), da extração de petróleo e gás natural (-US\$ 40,6 milhões) e da fabricação de celulose, papel e produtos de papel (-US\$ 19,4 milhões)<sup>28</sup>.

Gráfico 9 – Evolução mensal das cotações do petróleo, Brent e WTI, e do minério de ferro

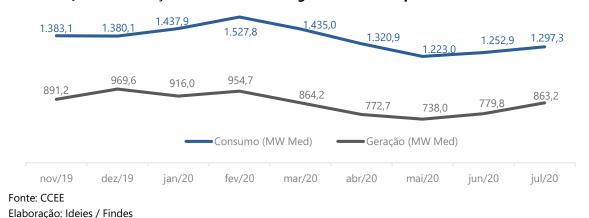


Fonte: IBGE (PIM-PF) Elaboração: Ideies / Findes

Ainda em julho de 2020, pelo segundo mês consecutivo, a geração (863,2MW Med) e consumo (1.297,3MW Med) de energia elétrica cresceram no Espírito Santo (gráfico 10), sinalizando para um ganho de ritmo na atividade econômica do estado.

Mesmo com o crescimento em julho, o consumo total de eletricidade ficou -3,5% abaixo do registrado no mesmo mês em 2019. Apesar disso, algumas atividades industriais registraram um aumento significativo no consumo de eletricidade nessa base de comparação: minerais nãometálicos (51,4%); bebidas (35,5%); madeira, papel e celulose (29,1%); químicos (23,2%); e manufaturados diversos (19,8%).

Gráfico 10 – Geração e consumo de energia elétrica no Espírito Santo – MW Med



<sup>27</sup> A cotação dos contratos futuros de julho não impacta diretamente a exportações desse mês.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> As quedas nas exportações sinalizam que os resultados da PIM-PF de julho (a ser divulgado em setembro) para essas atividades poderão ter uma variação negativa na passagem de junho para julho, uma vez que as produções dos setores em questão estão voltadas ao comércio exterior.



Tabela 8 - Geração e consumo de energia elétrica no Espírito Santo - MW med

Setor	Ramo de Atividade	jun/20	jul/19	Var. jun 20/ jun 19
	Alimentícios	18,4	20,4	-0,7%
	Bebidas	0,9	1,0	35,5%
<u> </u>	Extração de minerais metálicos	62,9	101,0	-33,2%
geral	Madeira, papel e celulose	21,8	16,9	29,1%
tria	Manufaturados diversos	13,3	14,8	19,8%
Indústria	Metalurgia e produtos de metal	145,3	142,0	-3,7%
<u>2</u>	Minerais não-metálicos	60,5	68,8	51,4%
	Químicos	41,8	50,0	23,2%
	Têxteis	0,03	0,04	s/f
	Comércio	20,0	20,1	13,8%
10	Saneamento	1,0	1,0	42,8%
Demais	Serviços	46,4	60,3	-11,8%
Jen	Telecomunicações	2,4	2,3	19,0%
	Transporte	0,3	0,3	48,3%
	Veículos	2,3	2,4	-12,3%

Nota: s/f corresponde à "sem informação divulgada" pela CCEE.

(\*) Cnae domiciliar

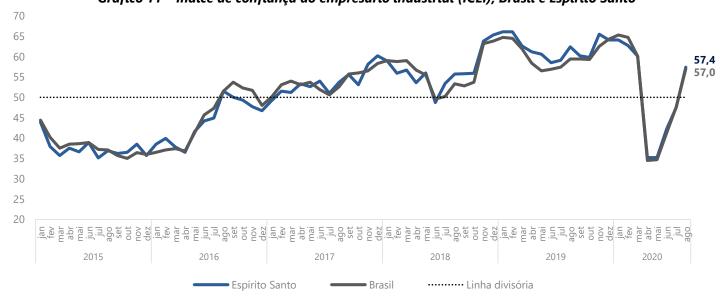
Fonte: CCEE

Elaboração: Ideies / Findes

De julho para agosto de 2020, a confiança do empresário industrial sobre a economia no Espírito Santo, medido pelo ICEI (Índice de Confiança do Empresário Industrial), cresceu de 9,9 pontos, atingindo 57,4 pontos. No Brasil, o ICEI atingiu 57,0 pontos, aumento de 9,4 pontos. Com esses

resultados, o ICEI do estado e do país voltaram a ultrapassar, após quatro meses, a linha divisória dos 50 pontos, sinalizando a retomada da confiança na economia entre os industriais.

Gráfico 11 – Índice de confiança do empresário industrial (ICEI), Brasil e Espírito Santo



Fonte: Pesquisas Primárias/CNI Elaboração: Ideies/ Findes



# 4. Preços, Juros e Crédito

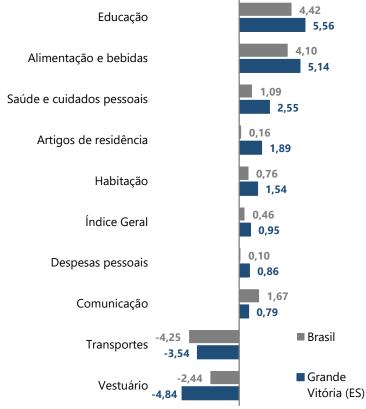
A inflação no Brasil em julho acumulada nos últimos 12 meses, medida pelo IPCA, foi de 2,31%, acima da verificada em junho (2,13%), porém ainda abaixo do piso da meta que é de 2,50%<sup>29</sup>. Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), o IPCA acumulado em 12 meses ficou em 1,96%.

No acumulado de janeiro a julho, o índice de preços do Brasil (0,46%) também registrou a menor variação desde o Plano Real. Na RMGV, nesta mesma base de comparação, a variação do IPCA foi de 0,94% puxada pelos grupos educação (5,56%) e alimentação e bebidas (5,14%). Se, por um lado, a alimentação em domicílio continua pressionando positivamente os preços devido à maior demanda de consumo em casa, por outro lado, os preços dos itens no grupo transportes registraram quedas (-4,25% no Brasil e -3,54% na RMGV), explicada pela restrição da circulação a partir de segunda quinzena de março e, consequentemente, menor movimento de transportes, o que impactou o consumo e o preço dos combustíveis<sup>30</sup>.

Na análise específica do mês de julho, o IPCA na RMGV ficou em 0,21% e desacelerou em relação à alta de junho (0,56%). Os grupos que tiveram a maior alta no mês foram artigos de residência (+1,26%), transportes (+0,69%) e habitação (+0,64%). A variação dos preços no grupo transporte representou o maior impacto (+0,15 pontos percentuais) no índice geral da Grande Vitória, conforme a tabela 10, sendo explicado pela alta dos preços dos combustíveis de veículos (variação de +4,06% e impacto de +0,19 p.p.). Já dentre os grupos que registraram queda em julho, destaca-se a variação de alimentação e bebidas (-0,55%), que contribuiu com -0,09 p.p. no IPCA da Grande Vitória.

Enquanto no Brasil os preços do grupo alimentação e bebidas ficaram próximos da estabilidade em julho (+0,01%), na Grande Vitória houve recuo dos preços deste grupo que, juntamente com itens de vestuários, influenciaram na desaceleração do índice geral e na deflação dos preços livres no mês<sup>31</sup>.

Gráfico 12 - IPCA por grupos de produtos e serviços -Variação acumulada de janeiro a julho de 2020 (%)



Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 9 - Variação (%) do IPCA - Julho de 2020

Período	Brasil	Grande Vitória
Índice Mensal	0,36	0,21
Preços Livres	0,06	-0,19
Preços Administrados	1,23	1,20
Acumulado no Ano	0,46	0,94
Preços Livres	0,95	1,19
Preços Administrados	-0,99	0,42
Acumulado em 12 meses	2,31	1,96
Preços Livres	2,79	2,47
Preços Administrados	0,94	0,72

Fonte: IBGE e Banco Central Elaboração: Ideies / Findes

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Para 2020, o centro da meta de inflação é de 4,00%.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> O preço dos combustíveis se enquadra no grupo de Transportes do IPCA, por representar parte importante dos custos das atividades deste grupo. No caso do IPCA da RMGV em julho, os transportes tiveram peso de 22,3% no índice geral de inflação. Abrindo os componentes do grupo, os combustíveis de veículos (gasolina e diesel) tiveram peso de 4,7%, ficando atrás apenas do item automóvel novo, que teve peso de 5,7%.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> A Grande Vitória registrou a menor variação do índice de preços entre as 16 regiões pesquisadas pelo IBGE.



No dia 17 de julho de 2020 a Petrobras promoveu reajustes positivos nos preços dos combustíveis nas refinarias<sup>32</sup>. Desde fevereiro, os combustíveis vêm sofrendo reduções nos preços, em consequência de diversos reajustes negativos anteriores<sup>33</sup>. Em maio, o preço da gasolina na Grande Vitória variou -6,70% e se acelerou em junho e julho, registrando uma alta de 4,10% e 4,00%, respectivamente.

Após quatro meses consecutivos de variações negativas, o aumento da gasolina fez com que o nível de preços do grupo transportes acelerasse e fechasse com uma alta de 0,69% em julho.

Para o Brasil, a análise mensal do índice de preços mostra que a alta nos preços do grupo transportes (+0,78%) teve o maior impacto (+0,15 p.p.) no resultado o IPCA de julho. Já o grupo com a maior contribuição negativa para o IPCA do país no mês foi o de vestuário (variação de -0,52% e impacto de -0,02 p.p.).

Com esses resultados e como mencionado anteriormente, no acumulado dos 12 meses, a inflação oficial do país (2,31%) está abaixo da meta (4,00%) e do limite inferior da

Tabela 10 – Impacto\* (p.p.) de cada grupo no IPCA do Brasil e da Grande Vitória – Julho de 2020

Grupo	Brasil	Grande Vitória
Índice Geral	0,36	0,21
Alimentação e bebidas	0,00	-0,09
Habitação	0,13	0,10
Artigos de residência	0,03	0,05
Vestuário	-0,02	-0,05
Transportes	0,15	0,15
Saúde e cuidados pessoais	0,06	0,05
Despesas pessoais	-0,01	-0,01
Educação	-0,01	-0,01
Comunicação	0,03	0,02

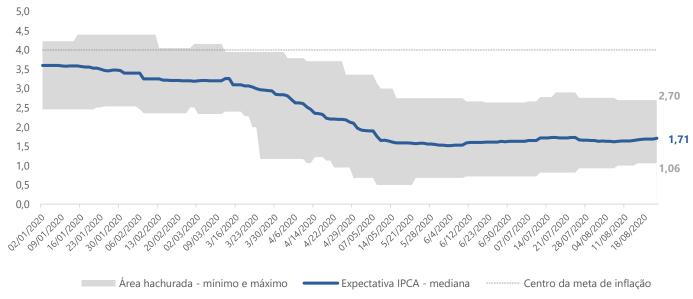
Nota: (\*) O impacto de cada grupo na variação mensal do IPCA levando em consideração o peso dos grupos no índice de preços. O somatório desses impactos em pontos percentuais (p.p.) constitui o resultado do índice de preços.

Fonte: IBGE.

Elaboração: Ideies/Findes.

meta (2,50%), sendo que a mediana das expectativas do IPCA para 2020, de acordo com o relatório Focus de 21 de agosto, se encontra em patamar ainda menor, de 1,71%.

Gráfico 13 - Mediana da expectativa de mercado para o IPCA - Variação (%) anual



Fonte: Banco Central do Brasil Elaboração: Ideies/Findes.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> A Petrobras reajustou, na média, em 6% o preço do litro do diesel e em 4% o preço da gasolina (https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/07/30/petrobras-reduz-na-sexta-preco-da-gasolina-diesel-fica-inalterado.ghtml).

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> A redução nos preços da gasolina acompanhou à queda da cotação internacional do petróleo observada no início do ano.



Diante dessa baixa expectativa para a inflação de 2020, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu novamente a taxa básica de juros da economia brasileira em 0,25 pontos percentuais na reunião do dia 05 de agosto de 2020. O Copom renovou a mínima histórica ao estabelecer a taxa Selic em 2,00% a.a., sendo a quinta redução neste ano.

No comunicado da decisão<sup>34</sup>, o Comitê apontou que a política monetária continuará em terreno estimulativo, visto que "a conjuntura econômica continua a prescrever estímulo monetário extraordinariamente elevado". Atento às políticas fiscais de resposta à pandemia e à piora da trajetória fiscal do país, aos diversos programas de estímulo creditício e de recomposição de renda, o Copom estabelece que esses fatores podem afetar a tendência da inflação acima do esperado, ao passo que, o nível de

ociosidade da economia brasileira, um ambiente de elevada incerteza e aumento da poupança precaucional podem impactar na trajetória da inflação abaixo da esperada. Com essa avaliação, o Copom afirma que "devido a questões prudenciais e de estabilidade financeira, o espaço remanescente para utilização da política monetária, se houver, deve ser pequeno".

> O Relatório Focus<sup>35</sup> registrou que a expectativa de mercado para a taxa Selic ao final de 2020 estava em 2,00% a.a. Neste patamar, os juros ex-ante da economia brasileira reais encontram-se em território negativo desde junho, conforme mostra o gráfico 14. Esse resultado é reflexo dos desdobramentos da pandemia de Covid-19, do fraco nível de atividade econômica e do movimento de redução dos juros internacionais.

16,0 14,0 12,0 10,0 8,0 6,0 4,0 2,0 2,00 0,0 -0,8 -2,0 ■IPCA - Brasil (% a.a.) Meta Selic (% a.a.) Juros reais ex-ante (% a.a.)\*

Gráfico 14 – Evolução do IPCA, da taxa Selic e dos juros reais\* no Brasil

(\*) Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

Nota: Dados do IPCA e juros reais até junho de 2020.

Fonte: Banco Central do Brasil e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> Veja o comunicado da 232ª reunião do Copom em <a href="https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17148/nota">https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17148/nota</a>.

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> Conforme o último Focus, divulgado em 21 de agosto, o mercado espera que a taxa Selic irá fechar o ano em 2,00% a.a. Essa expectativa vem ocorrendo há oito semanas consecutivas. Para o fim de 2021, no entanto, a expectativa da Selic subiu de 2,75% a.a. para 3,00% a.a.



Na análise conjuntural do mercado de crédito, o saldo da carteira de crédito no Brasil registrou um montante R\$3,6 trilhões, dos quais R\$ 1,6 trilhão foram destinados às empresas e R\$ 2,0 trilhões para as famílias. O saldo total apresentou uma variação interanual de 9,8% em junho, com uma ligeira aceleração em relação ao crescimento registrado em maio. Nesta base de comparação, o crédito direcionado se acelerou na passagem de maio (1,2%) para junho (3,3%), puxado pelos recursos voltados às famílias (8,1%). Em contrapartida, o saldo de crédito

livre desacelerou entre maio (16,0%) e junho (14,9%).

Para o Espírito Santo, o saldo total da carteira de crédito acumulou R\$ 53,9 bilhões até junho, sendo R\$ 22,5 bilhões referentes às pessoas jurídicas, com um aumento de 11,1% em relação ao registrado em junho de 2019. Para as famílias, o saldo de crédito totalizou R\$ 31,4 bilhões, com um crescimento de 3,9% na comparação interanual.

Tabela 11 – Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador - Brasil e Espírito Santo

C-14- 4-		Junho/2019			Maio/2020			Junho/2020	
Saldo da Carteira de Crédito	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)
				Bras	il				
Crédito Total	0,3	5,2	3.301,4	0,2	9,2	3.594,4	0,8	9,8	3.624,6
Pessoa Jurídica	-0,1	-1,0	1.419,0	0,6	10,3	1.566,1	1,0	11,5	1.582,4
Pessoa Física	0,6	10,2	1.882,3	-0,1	8,4	2.028,2	0,7	8,5	2.042,2
Recursos Livres	1,3	11,9	1.839,7	0,1	16,0	2.101,3	0,6	14,9	2.114,6
Pessoa Jurídica	2,1	8,8	822,8	0,7	24,2	1.001,0	0,6	22,4	1.007,5
Pessoa Física	0,7	14,6	1.016,9	-0,5	9,0	1.100,2	0,6	8,9	1.107,1
Recursos Direcionados	-0,9	-2,2	1.461,7	0,5	1,2	1.493,1	1,1	3,3	1.510,0
Pessoa Jurídica	-2,9	-11,8	596,3	0,6	-8,0	565,1	1,7	-3,6	574,9
Pessoa Física	0,5	5,7	865,5	0,5	7,8	928,0	0,8	8,1	935,1
				Espírito .	Santo				
Credito Total	0,4	6,9	50,5	-1,7	7,9	54,2	-0,7	6,8	53,9
Pessoa Jurídica	0,3	6,5	20,2	-3,8	14,4	23,1	-2,6	11,1	22,5
Pessoa Física	-0,5	7,1	30,2	-0,2	3,6	31,2	0,7	3,9	31,4

Nota: Variação ao mês refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior (variação em 12 meses).

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Ideies / Findes

A taxa de inadimplência das operações de crédito no Brasil ficou em 2,9% no mês de junho, após registrar 3,2% no mês anterior. Esse recuo ocorreu devido às quedas na inadimplência das operações de crédito com as empresas e com as famílias.

No Espírito Santo, a taxa de inadimplência recuou de 3,7% para 2,9% na passagem de maio

para junho, puxada, principalmente, pela queda na inadimplência das operações de crédito com empresas (-1,1 p.p.). A taxa de inadimplência das operações de crédito com famílias capixabas ficou em 3,7% em junho, sendo 0,5 p.p. menor do que a registrada em maio (4,2%).

Gráfico 15 – Taxa de inadimplência da carteira de crédito - Espírito Santo e Brasil 5,5 5,0 4,5 4,0 3,5 3,0 2,5 fev/16 jun/16 out/16 fev/17 jun/17 out/17 fev/18 jun/18 out/18 fev/19 jun/19 out/19 fev/20 jun/20 Espírito Santo Brasil

Fonte: Banco Central do Brasil Elaboração: Ideies / Findes

A taxa média de juros no país atingiu 19,3% a.a. em junho, com uma redução de 1,2 p.p. em relação à taxa de maio, influenciada pelas reduções das taxas de juros das operações do mercado de crédito livre, nas modalidades de pessoas físicas e jurídicas. Em junho de 2019, a taxa média de juros ficou em 24,8% e desde então o custo do crédito no Brasil vem apresentando uma trajetória de queda.

Seguindo o movimento das taxas médias de juros, o spread médio bancário no Brasil registrou queda de 0,9 p.p. na passagem de maio (16,5 p.p.) para junho (15,6 p.p.), puxada pelo recuo do spread médio no mercado de crédito livre.

35,0 30.0 25,0 20,0 19.3 15,6 15,0 10,0 fev/16 jun/16 out/16 fev/17 jun/17 out/17 fev/18 jun/18 out/18 fev/19 jun/19 out/19 fev/20 jun/20 Taxa média de juros das operações de crédito (% a.a) Spread médio (p.p.)

Gráfico 16 – Taxa média de juros e spread médio bancário das operações de crédito no Brasil

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Ideies / Findes.

Na análise das taxas médias de juros praticadas pelas principais instituições financeiras, na comparação dos dados da primeira semana de agosto em relação à primeira semana de julho, observa-se aumento na variação média total das taxas de juros ao mês e ao ano cobradas por estas instituições nas modalidades de capital de giro até 365 dias, de capital de giro superior a 365 dias e de conta garantida. As taxas de juros cobradas nas modalidades de desconto de duplicatas adiantamento sobre contratos de câmbio registraram queda na comparação entre as primeiras semanas de julho e agosto.

Para o Banestes, as taxas médias de juros mensal e anual recuaram na linha de crédito de capital de giro de longo prazo (acima de 365 dias) ao mês (-0,9 p.p.) e ao ano (-13,7 p.p.), após ter registrado expressiva elevação em julho. Na modalidade de desconto de duplicatas, as taxas médias de juros mensal e anual cobradas pelo Banestes também diminuíram em agosto, em média, -0,6 p.p. ao mês e -8,3 p.p. ao ano.





**Tabela 12 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica**Período Analisado: de 03/08/2020 a 07/08/2020

Instituição	•		•	Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento sobre Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	
Banco do Brasil	0,7	8,1	0,9	11,2	2,7	37,4	1,2	15,7	0,4	4,7	
Caixa Econômica	1,9	24,9	1,2	15,0	-	-	1,6	20,7	0,5	5,7	
Santander	1,6	21,2	1,5	19,5	1,9	25,3	0,6	7,9	0,3	3,6	
Itaú-Unibanco	0,8	9,6	1,2	15,0	2,8	39,5	1,0	12,1	0,3	3,5	
Bradesco	0,5	6,0	1,5	19,2	2,6	36,0	0,8	9,8	0,4	4,4	
Banestes	2,9	41,5	1,5	19,5	2,3	31,6	1,6	20,4	0,7	8,7	
Média Total	1,1	13,9	1,2	16,0	2,5	34,5	1,0	13,2	0,4	4,4	
Variação Banestes*	-	-	-0,9	-13,7	0,3	4,7	-0,6	-8,3	0,1	1,4	
Variação média total*	0,1	1,6	0,3	4,0	0,1	1,2	-0,1	-0,8	-0,1	-0,6	

<sup>\*</sup> Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 01/07/2020 a 07/07/2020

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Findes

#### Box 2 - Programas de crédito público federal e estadual destinados às empresas afetadas pela Covid-19

Em relação às medidas no âmbito do crédito para o enfretamento da pandemia, em julho foi publicada pelo governo federal e, posteriormente regulamentada pelo BC, a Medida Provisória nº 992/2020 que criou o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, que visa propiciar melhores condições de obtenção de crédito à micro, à pequena e à média empresa<sup>36</sup>.

Em agosto, a MP nº 944/2020 lançada no início de abril foi convertida na Lei nº 14.043/2020 que dispõe sobre a criação do Programa Emergencial de Suporte a Empregos – PESE para financiar a folha salarial de pequenas e médias empresas.

Neste mês, a MP nº 975/2020 também foi convertida na Lei nº 14.042/2020 que dispõe sobre a criação do Programa Emergencial de Crédito para Pequenas e Médias Empresas (Peac). A medida criou a modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquininhas) para que microempreendedores e pequenas empresas possam dar como garantias de empréstimos o valor a receber das vendas futuras realizadas por máquina de cartão de crédito<sup>37</sup> (tabela 13).

Tabela 13 - Medidas provisórias em andamento – Programas de crédito público federal

Medidas Provisória	Programa de crédito	Situação	Descrição
MP n° 992/2020	Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE	Nova	Segundo a Resolução nº 4.838/2020, o crédito será exclusivo para o financiamento de capital de giro, com prazo mínimo de 36 meses e carência mínima de 6 meses para início do pagamento do principal. A linha de crédito poderá ser contratada até 31 de dezembro de 2020.
MP nº 944/2020	Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE	Convertida na Lei nº 14.043/2020	Entre outros pontos, flexibiliza regras, amplia o prazo para contratações – até 31 de outubro, e reduz pela metade o valor previsto inicialmente (R\$ 40 bilhões) para realocar mais recursos no Pronampe/FGO (R\$ 12 bilhões).
MP n° 975/2020	Programa Emergencial de Crédito para Pequenas e Médias Empresas – Peac	Convertida na Lei nº 14.043/2020	As instituições financeiras poderão formalizar operações de crédito até 31 de dezembro de 2020 e deveram aplicar os seguintes requisitos e condições: taxa de juros de até 6% a.a., prazo de 36 meses para o pagamento, incluído o prazo de carência, carência de 6 meses para o início do pagamento. O valor máximo por contratante é de R\$ 50 mil, podendo ser alterado por regulamento ou por desempenho do programa.

Fonte: site do Congresso Nacional Elaboração: Ideies/Findes

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> Mais informações em <a href="https://bit.ly/2EawV2J">https://bit.ly/2BqaMfQ</a> Veja também <a href="https://bit.ly/2BqaMfQ">https://bit.ly/2BqaMfQ</a>

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Mais detalhes sobre a medida em <a href="https://bit.ly/30AFEmd">https://bit.ly/30AFEmd</a>



A respeito dos principais programas públicos de crédito federal destinados às empresas de pequeno porte

afetadas pelo COVID-19, os desembolsos somam R\$ 37,8 bilhões de acordo com o "emprestômetro" 38.

Tabela 14 - Programas de crédito público federal destinados a empresas afetadas pela Covid-19

(em R\$ milhões) \*

Programas de crédito público federal <sup>1</sup>	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Total
BNDES/FGI	-	-	-	4.213,50	6.189,08	10.402,58
BNDES Giro	-	-	-	2.261,80	-	2.261,80
Pronampe/FGO	-	-	823,53	17.871,66	-	18.695,40
Pese	322,66	1.919,47	2.286,71	-	-	4.528,84
Fampe	14,45	852,26	903,67	150,98	-	1.921,35
Total						37.809,97

Nota \*: Programas do governo federal também são operados por bancos autorizados em nível estadual.

Nota 1: BNDES Giro até 29/07, BNDES/FGI até 05/08, Pronampe/FGO até 02/08, Fampe 31/07 e o programa Pese até 30/06.

Fonte: Portal do Empreendedor.

Elaboração: Ideies/Findes.

Sobre os programas de crédito público operados pelos bancos estaduais para enfrentar à crise, o Banestes junto ao Bandes e à Aderes liberaram, aproximadamente, R\$ 255 milhões em operações de crédito emergencial desde março, para atender às empresas que sofreram impactos decorrentes da pandemia (tabela 15).

Tabela 15 — Programas de crédito público estadual destinados a empresas afetadas pela Covid-19 (em R\$ milhões)

Programas que operam a nível de estado <sup>1</sup>	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Total
1. Linha de Crédito Emergencial Bandes e Banestes	-	130,00	150,90	190,30	206,80	206,80
2. Linha de Crédito Aderes e Banestes – Nossocrédito Emergencial (Programa Nossocrédito)	-	10,00	18,40	22,10	27,00	27,00
3. Linhas do Fundo de Aval – (01) Microcrédito Emergencial Covid-19	-	2,70	9,90	15,10	20,20	20,20
4. Linhas do Fundo de Aval – (02) Capital de Giro Covid-19	-	0,27	0,46	0,70	0,89	0,89
Total de linhas de crédito						254,89
5. Reparcelamento de operações de crédito em até 180 dias		400,00	567,00	567,00	739,60	739,60

Nota 1: Dados acumulados desde o mês de março. As datas consideradas são 29/05, 29/06, 20/07 e 17/08.

Fonte: Banestes.

Elaboração: Ideies/Findes.

Com a criação da Lei nº 14.043/2020 no dia 19 de agosto, o Banestes anunciou uma liberação de cerca de R\$ 190 milhões para linha de capital de giro no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Essa nova linha de crédito poderá ser contratada por micro e pequenas empresas que tiveram um faturamento bruto anual de até

4,8 milhões em 2019. O valor máximo disponibilizado para a empresa será até 30% da receita bruta anual do exercício de 2019 a uma taxa de 1,25% a.a. acrescidos da taxa Selic, com prazo de 36 meses para o pagamento do saldo devedor (carência de 8 meses e 28 28 meses de prestações)<sup>39</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Lançado neste mês, o emprestômetro é uma ferramenta que permite acompanhar os valores contratados por meio dos principais programas público de crédito. Veja painel em <a href="https://bit.ly/2WMLBLL">https://bit.ly/2WMLBLL</a>

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> Veja mais informações em <a href="https://www.banestes.com.br/informes/2020/2020\_08\_19\_01.html">https://www.banestes.com.br/informes/2020/2020\_08\_19\_01.html</a>.



# 5. Finanças Públicas Estaduais

O fechamento dos indicadores de julho em relação às finanças públicas estaduais mostra que o Governo do Estado teve o maior aumento mensal de receita em 2020 na comparação contra o mesmo mês do ano anterior.

As receitas de julho de 2020 foram 15,6% maiores do que a registrada em julho de 2019, já descontada a inflação do período. Isso se deu, em grande parte, por conta dos repasses do Governo Federal ao estado.

Ainda na comparação com julho do ano passado, houve aumento real de 93,3% nas transferências correntes. No total, apenas em julho de 2020, o Espírito Santo recebeu R\$ 106 milhões a mais em repasses do SUS, além de dois montantes extras decorrentes de legislações aprovadas durante a pandemia: R\$ 25 milhões como complementação do Fundo de Participação dos Estados (FPE),

previsto na MP nº 938/2020, e R\$ 229 milhões de auxílio financeiro de acordo com a LC nº 173/2020. Essas transferências mais do que compensaram a queda de outros recursos, como os royalties de petróleo e os repasses do Fundeb.

No entanto, ao considerar a receita total acumulada entre janeiro e julho, o ano de 2020 ainda registra queda de -9,2% em comparação ao mesmo período de 2019, muito influenciado pelas fortes perdas de receita registradas em abril (-32,7%) e em maio (-25,1%).

No lado das despesas os movimentos foram inversos: houve redução de -1,0% nos gastos de julho de 2020 em comparação a julho de 2019, mas no acumulado do ano há alta de 2,8% nos dispêndios totais.

Tabela 16 - Receitas e Despesas do Governo do Espírito Santo - 2019 e 2020 (em R\$ milhões)1

Receitas e despesas <sup>2</sup>	Jan - Jul 2019 (a)	Jan - Jul 2020 (b)	Variação (R\$) 2020-2019 (b) - (a)	Variação (%) 2020/2019 (b) / (a)	Previsão 2020 (c)	Realizado 2020 (%) (b) / (c )
Receita Total	11.494	10.440	-1.054	-9,2	19.749	52,9
Receita Tributária	7.966	7.540	-426	-5,3	13.067	57,7
ICMS Total	6.624	6.251	-373	-5,6	10.821	57,8
ICMS - Comércio	1.273	1.336	64	5,0	2.059	64,9
ICMS - Indústria	1.079	857	-222	-20,6	1.585	54,1
Outras Receitas Tributárias	1.342	1.289	-53	-3,9	2.247	57,4
Transferências Correntes	3.068	3.662	595	19,4	5.848	62,6
FPE	939	846	-93	-9,9	1.518	55,7
IPI	121	103	-18	-15,0	209	49,2
Royalties e Part. Especiais	940	811	-129	-13,7	2.257	35,9
Demais Transf. Correntes	1.068	1.903	834	78,1	1.864	102,1
Demais Receitas	3.819	2.398	-1.421	-37,2	6.112	39,2
(-) Deduções da Receita	-3.359	-3.160	198	-5,9	-5.278	59,9
Despesa Total	8.131	8.357	226	2,8	18.775	44,5
Pessoal e Encargos Sociais	5.116	4.889	-227	-4,4	10.917	44,8
Investimentos	285	544	259	90,7	1.731	31,4
Demais Despesas	2.730	2.924	194	7,1	6.126	47,7

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de julho/2020

Nota 2: Despesas liquidadas Fonte: Portal da Transparência ES Elaboração: Ideies / Findes

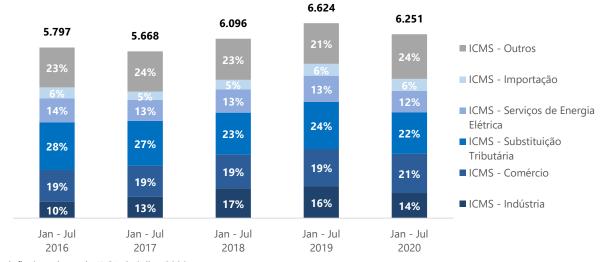


As receitas tributárias, que são a parte mais relevante da arrecadação estadual, acumulam queda de -5,3% de janeiro a julho. Na análise detalhada do ICMS, que tem baixa de -5,6% no período e totaliza R\$ 6,2 bilhões, é possível observar como a atual crise impactou os principais setores no que diz respeito à arrecadação deste tributo.

Na comparação contra o mesmo mês do ano anterior, após quedas mais significativas em

abril (-6,9%), maio (-27,4%) e junho (-10,9%), a redução do ICMS total em julho foi de -1,0%. A principal recuperação no mês se deu no ICMS Comércio, que cresceu 19,0% em comparação a julho de 2019. Por outro lado, novamente houve forte retração na receita mensal do ICMS Indústria (-25,6%) e do ICMS Serviços de Energia Elétrica (-18,7%), na mesma base de comparação.

Gráfico 17 - Receita mensal de ICMS total e por setor - Governo do Espírito Santo, 2019 e 2020

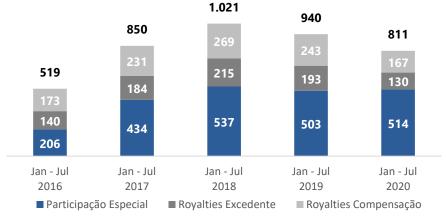


Nota: Valores deflacionados pelo IPCA de julho/2020

Fonte: Portal da Transparência ES Elaboração: Ideies / Findes

Outro importante componente das receitas estaduais são os royalties e as participações especiais derivados das atividades de exploração de petróleo. No acumulado do ano, essas receitas reduziram -13,7% em relação a 2019. As participações especiais tiveram aumento de 2,1%, mas os valores de royalties caíram -31,9%.

Gráfico 18 - Receitas do Petróleo - Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de julho/2020.

Nota 2: inclui royalties e participações especiais; não inclui os valores retroativos referentes ao acordo do Parque das Baleias.

Fonte: Portal da Transparência ES Elaboração: Ideies / Findes

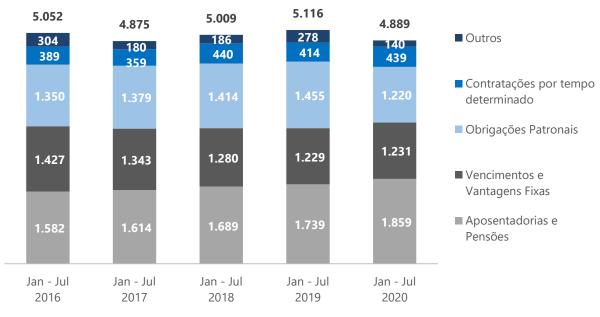


No lado das despesas observa-se que a principal delas, que diz respeito aos gastos com pessoal e encargos sociais, teve retração de -4,4% em 2020.

Há uma quase estabilidade nos gastos com salário dos servidores efetivos (0,2%) e maiores altas nos dispêndios

com contratações por tempo determinado (6,0%) e com aposentadorias e pensões (6,9%). O item que puxa para baixo o total das despesas com pessoal é o de obrigações patronais, com queda de -16,2% no ano, devido à redução de 22% para 14% da sua alíquota de recolhimento por parte de todos os poderes do Estado, aprovada em março pela Assembleia Legislativa (LC nº 945/2020).

Gráfico 19 - Despesas com pessoal e encargos sociais (em R\$ milhões) – Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de julho/2020

Nota 2: Despesas liquidadas Fonte: Portal da Transparência ES Elaboração: Ideies / Findes

Pela ótica da função das despesas, ou seja, em qual grande área os valores foram gastos, a saúde continua na liderança do ranking no Espírito Santo em 2020, correspondendo a 22,3% do total despendido.

Em comparação ao período de janeiro a julho de 2019, os gastos com saúde tiveram ampliação de 20,2%, muito por conta das medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19. Outras funções com grande participação nos gastos públicos registraram reduções neste ano, como a educação (-4,3%), a Previdência Social (-11,9%) e a segurança pública (-21,8%)<sup>40</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> É necessária uma ressalva em relação às funções de Previdência Social e de Segurança Pública que, como mostra a tabela 17 acumulam quedas mais expressivas em 2020, na comparação com 2019. Neste ano houve uma mudança em aspectos previdenciários com a criação do Sistema de Proteção Social dos Militares, que passou a abrigar essa categoria de servidores, retirando-os do rol de segurados via fundo financeiro e fundo previdenciário do Espírito Santo. Do ponto de vista contábil, isso deslocou despesas anteriormente enquadradas nas funções "Previdência Social" e "Segurança Pública" para a função "Administração", que por sua vez registra aumento de 87,6% no ano.



Tabela 17 - Despesas por função - Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)

Funções	Jan - Jul 2019 (em R\$ milhões)	Jan - Jul 2020 (em R\$ milhões)	Participação em 2020 (%)	Variação (%) 2020/2019
Saúde	1.551,2	1.864,9	22,3%	20,2%
Previdência Social	1.744,6	1.537,2	18,4%	-11,9%
Educação	1.249,4	1.195,9	14,3%	-4,3%
Segurança Pública	1.289,2	1.008,4	12,1%	-21,8%
Encargos Especiais	822,3	823,0	9,8%	0,1%
Administração	377,9	709,0	8,5%	87,6%
Transporte	307,9	471,9	5,6%	53,3%
Direitos da Cidadania	324,0	318,6	3,8%	-1,7%
Agricultura	116,0	110,8	1,3%	-4,4%
Assistência Social	57,5	82,0	1,0%	42,7%
Outros*	290,8	234,9	2,8%	-19,2%
Total	8.130,7	8.356,7	100,0%	2,8%

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de julho/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Nota 3: a categoria "Outros" engloba as seguintes funções: Essencial à Justiça, Urbanismo, Ciência e Tecnologia, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Cultura, Desporto e Lazer, Comunicações, Indústria, Habitação,

Trabalho.

Fonte: Portal da Transparência ES Elaboração: Ideies / Findes

Quando considerados os investimentos, que são parte importante das despesas dos governos, no Espírito Santo houve uma ampliação de 90,7% em 2020, na comparação com o período de janeiro a julho do ano passado. O total investido saltou de R\$ 285,5 milhões para R\$ 544,4 milhões.

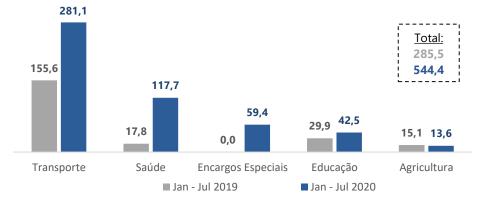
Analisados pela ótica da função, os maiores valores investidos se concentram, novamente, nos transportes (R\$ 281,1 milhões), que englobam obras e manutenções

de maior porte como de estradas e de mobilidade urbana.

No entanto, também cabe um destaque para os investimentos em saúde que, em ano de pandemia, saltaram de R\$ 17,8 milhões para R\$ 117,7 milhões, alta de 560,4%.

A função de encargos especiais, que acumula R\$ 59,4 milhões, consiste em repasses do Governo do Estado para investimentos das prefeituras.

Gráfico 20 - Principais Investimentos, por função (em RS milhões) - Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de julho/2020

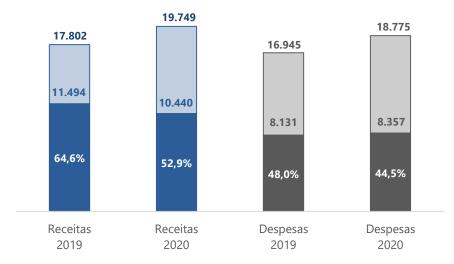
Nota 2: Despesas liquidadas Fonte: Portal da Transparência ES Elaboração: Ideies / Findes



Passados sete meses (ou 58,3%) do ano, os impactos da pandemia se traduziram em redução das receitas e aumentos das despesas do Governo do Estado. Quando comparado ao total previsto na Lei Orçamentária Anual de 2020, o percentual de realização da arrecadação

alcançou 52,9% até julho, enquanto as despesas liquidadas correspondem a 44,5% do orçamento total, ambos percentuais inferiores aos observados no mesmo período do ano passado.

Gráfico 21 - Receitas e despesas orçadas para o ano (em R\$ milhões) e total realizado (em %) - Governo do Espírito Santo, janeiro a julho - 2019 e 2020



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de julho/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES e Lei Orçamentária Anual/ES

Elaboração: Ideies / Findes

#### 7. Comentários Finais

No mês de agosto o Espírito Santo ultrapassou as marcas de 100 mil casos e de 3 mil óbitos decorrentes da Covid-19. O Brasil já se aproxima da casa dos 4 milhões de infectados e de 120 mil mortes pela doença.

Os impactos da Covid-19 na economia continuam sendo sentidos com bastante intensidade. Os dados do Indicador de Atividade Econômica para o Brasil (IBC-Br), produzido pelo Banco Central e que funciona como uma prévia do PIB, indica uma queda de -10,9% na economia brasileira no segundo trimestre, na comparação contra o trimestre imediatamente anterior. Da mesma forma, os resultados das pesquisas setoriais do IBGE revelam retração em todos os setores no Brasil para o mesmo período de análise: -17,5% na produção industrial, -5,9% nas vendas do comércio ampliado e -15,4% no volume de serviços.

No caso do Espírito Santo, a contração do indicador de atividade econômica local (IBCR-ES) foi de -7,6% no segundo trimestre. Também houve baixa em todos os setores no período, comparativamente ao trimestre anterior. A produção industrial caiu -25,5%, o comércio varejista ampliado retraiu -11,9% e os serviços reduziram em -7,0%.

Na análise marginal, ou seja, referente ao último resultado mensal que mostra a passagem de maio para junho, o Espírito Santo já registrou algumas melhorias. O IBCR-ES evoluiu 0,12% no mês, com variações positivas na indústria (0,4%) e no comércio ampliado (3,6%). Apenas no setor de serviços houve queda em junho (-3,2%).

Apesar dos avanços no último resultado mensal, a economia capixaba ainda não recuperou o patamar de



atividade pré-pandemia do mês de fevereiro, assim como acontece com os três setores individualmente. A prévia do PIB do 2º trimestre do Espírito Santo será conhecida no dia 11 de setembro com a divulgação do indicador de atividade econômica IAE-Findes.

Em uma análise mais detalhada sobre o desempenho da indústria capixaba, o ano de 2020 se mostra bastante desafiador. No primeiro semestre a produção física da indústria local retraiu -20,8%, o que representa o pior resultado dentre as 15 regiões pesquisadas no país, e abaixo da queda total brasileira que foi de -10,9% no mesmo período.

Em relação ao mercado de trabalho, os dados do Novo Caged referentes aos movimentos do setor em julho de 2020 foram positivos com o Brasil e o Espírito Santo voltando a criar postos de trabalho. No mês, o país teve um saldo líquido de 131 mil empregos formais, enquanto o estado teve ampliação de 2.005 vagas. No resultado acumulado do ano, considerando o período de janeiro a julho, os saldos ainda permanecem negativos: foram fechados -1,09 milhão de empregos no Brasil e -25,3 mil no Espírito Santo.

O reflexo da pandemia na atividade econômica também repercute nas finanças públicas. A arrecadação federal do país teve o pior resultado para o primeiro semestre desde 2009. Os R\$ 783,3 bilhões arrecadados nos seis primeiros meses deste ano representam um recuo de -15,0%, já descontada a inflação, na comparação com o mesmo período do ano passado.

No campo das finanças públicas estaduais, o Governo do Espírito Santo teve um mês de julho com crescimento de 15,6% nas receitas, quando comparado ao mesmo mês de 2019, muito em função dos repasses do Governo Federal como ajuda aos estados. No acumulado do ano, entre janeiro e julho, a receita total do governo capixaba tem queda de 9,2%, enquanto as despesas ampliaram 2,8%. O destaque nos gastos públicos se dá na função de saúde, com grande crescimento tanto nas despesas totais

quanto nos investimentos realizados.

Os resultados da inflação apurados até julho mostram que o IPCA acumulado em 12 meses foi de 2,31% no Brasil e de 1,96% na Grande Vitória.

Com o IPCA e as expectativas de inflação em patamares moderados, no início de agosto o Comitê de Política Monetária promoveu mais um corte na taxa básica de juros do país, reduzindo a Selic de 2,25% a.a. para 2,00% a.a., alcançando uma nova mínima histórica.

No que se refere ao mercado de crédito, a taxa média de juros das operações de crédito do país atingiu 19.3% em junho, reduzindo -1,2 p.p. em comparação a maio, continuando a trajetória de queda que vem desde o segundo semestre do ano passado. O spread médio do país também apresentou baixa de -0,9 p.p., alcançando 15,6% no sexto mês do ano. Já as taxas de inadimplência das operações de crédito nacionais e capixabas ficaram em 2,9%, menor patamar registrado em 2020 para ambas.

No campo político um dos destaques do mês de agosto foi a votação do veto presidencial que buscava manter o congelamento dos salários dos servidores públicos dos três níveis de governo até o fim de 2021, como contrapartida aos auxílios financeiros recebidos da União e com a intenção de reduzir as despesas públicas dos entes em um momento de forte crise. Na tramitação do projeto que tratou dos auxílios financeiros (convertido na Lei Complementar 173/2020), os parlamentares das duas casas do Congresso Nacional inseriram emendas que permitiriam reajustes salariais para diversas categorias no caso de servidores que atuassem diretamente no combate à pandemia. Tal dispositivo acabou vetado pela Presidência da República. No entanto, no dia 19 de agosto o Senado votou pela derrubada do veto, o que permitiria que estados e municípios dessem reajustes salariais para as categorias especificadas. No dia 20, a Câmara dos Deputados acabou votando manutenção do veto e tudo voltou para a estaca zero, sendo mantida a proibição dos reajustes.

# BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade da Findes | Gerência de Estudos Econômicos

#### Revisão

Marcelo Barbosa Saintive Silvia Buzzone de Souza Varejão

#### Elaboração

Sumário Executivo – Rodrigo Taveira Rocha Atividade Econômica – Jordana Teatini Duarte Desempenho Industrial – Thais Maria Mozer Preços, Juros e Crédito – Marcos Vinícius Chaves Morais Finanças Públicas Estaduais – Rodrigo Taveira Rocha Comentários Finais – Rodrigo Taveira Rocha



📞 (27) 3334-5689 🔀 ideies.org.br | 🤟 @ideies | 🕟 (27) 98818-2897









